



TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO COTIDIANO DO CAPITALISMO PERIFÉRICO

Rodrigo Diniz, PUC - São Paulo; Doutor; rodiniz@gmail.com.br

Coordenador

Dirce Koga, PUC – São Paulo; Doutora; dirce.koga@gmail.com

Grazielle Nayara Felício Silva, IFSP Câmpus Capivari; Doutora; graziellefelicio@yahoo.com.br

Thaís Ribeiro Esteves, PUC – São Paulo; Mestre; thais.resteves@gmail.com

RESUMO (da mesa)

A mesa objetiva refletir as conexões e mediações inerentes às categorias território usado e políticas públicas no contexto do capitalismo periférico, elegendo a escala do cotidiano como ponto de partida para as diferentes e articuladas problematizações em relação a territórios periféricos, políticas públicas e suas repercussões no contexto pandêmico, abordando também a realidade enfrentada no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Destaca a periferia como espaço territorial relacional, socialmente construído sob as lógicas do processo de produção e reprodução do capitalismo periférico, analisando as contradições e as potências das experiências de classe nestes territórios. Percorre a reflexão em torno das densidades da realidade e suscita a produção de novos conhecimentos no âmbito das políticas públicas, tendo como ponto de partida testemunhos de luta pela sobrevivência presentes nos territórios das cidades, considerando os impactos da pandemia da COVID-19. Discute os sentidos políticos dos IFs, a partir do cotidiano das ações de ensino, pesquisa e extensão e sua articulação com os territórios de vivência. Tece reflexões a partir das experiências cotidianas de trabalho do assistente social no IF - São Paulo - Campus Jacareí, desvendando alguns aspectos presentes na realidade desse espaço sócio ocupacional e dos sujeitos da ação profissional em tempos de “capitalismo pandêmico”.

Palavras-chave: Palavras-chaves: Territórios. Cotidiano. Território de vivências. Pandemia. Instituto Federal de Educação. Educação Profissional e Tecnológica. Sentidos Políticos.

ABSTRACT

The table aims to reflect on the connections and mediations inherent in the categories used territory and public policies in the context of peripheral capitalism, electing the scale of everyday life as a starting point for different and articulated problematizations in relation to peripheral territories, public policies and their repercussions in the pandemic context, also addressing the reality faced in the Federal Institutes of Education, Science and Technology (IFs). It highlights the periphery as a relational territorial space, socially constructed under the logics of the process of production and reproduction of peripheral capitalism, analyzing the contradictions and potentials of class experiences in these territories. It walks through the reflection around the densities of reality and raises the production of new knowledge in the scope of public policies, having as starting point testimonies of struggle for survival present in the territories of the cities, considering the impacts of the pandemic of COVID-19. It discusses the political meanings of the IFs, based on the daily actions of teaching, research and extension and their articulation with the territories where they live. It makes reflections based on the daily work experiences of social workers in the IF-São Paulo - Jacareí Campus, unveiling some aspects present in the reality of this socio-occupational space and the subjects of professional action in times of "pandemic capitalism".

Keywords: Territories. Everyday life. Territory of experiences. Pandemic. Federal Institute of Education. Professional and Technological Education. Political Senses

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





O LUGAR DE UMA CLASSE: territórios periféricos¹

Rodrigo Diniz²

RESUMO

O presente ensaio busca problematizar a categoria periferia como espaço territorial, relacional, socialmente construído sob as lógicas do processo de produção e reprodução do capitalismo periférico, que marca as estruturas e os modos de produção dos matizes da sociedade brasileira. Destaca que os territórios periféricos centram-se não sob a lógica de exceção da produção dos espaços urbanos, mas constituem elementos próprios e metabólicos da produção do espaço sob os vértices da economia capitalista. Analisa as contradições e as potências das experiências de classe no processo de construção, identidade e reprodução desses espaços.

Palavras chaves: Território. Periferia. Capitalismo Periférico. Experiências.

ABSTRACT

This essay seeks to problematize the category periphery as a territorial, relational space, socially constructed under the logics of the process of production and reproduction of peripheral capitalism, which marks the structures and modes of production of the nuances of Brazilian society. It highlights that peripheral territories are centered not under the logic of exception of the production of urban spaces, but constitute their own metabolic elements of the production of space under the vertices of the capitalist economy. It analyzes the contradictions and potentials of class experiences in the process of construction, identity and reproduction of these spaces.

Key words: Territory. Periphery. Peripheral Capitalism. Experiences.

Translated with www.DeepL.com/Translator (free version).

1. INTRODUÇÃO

*Povo da periferia há muito tempo tá abandonado né irmão,
enquanto o povo da classe alta tá enchendo o rabo de dinheiro
o povo aqui tá no veneno, sem emprego, na fome
Deus olhai o meu povo da periferia
É tanta gente triste nessa cidade
É tanta desigualdade desse outro lado da cidade [...]*

¹ Este texto se baseia em extrato da tese de doutorado intitulada “Territórios, Classes e Experiências: as dobraduras do espaço e tempo nas trajetórias de vida”, defendida no âmbito do Programa de Estudos Pós Graduados em Serviço Social da PUC São Paulo em junho de 2021.

² Doutor em Serviço Social pela PUC – São Paulo, professor da Faculdade Paulista de Serviço Social – FAPSS de São Caetano do Sul, rodiniz@gmail.com.br.



*Ah! Olhando pro meu povo vejo a tristeza
Estampada em cada rosto que perdeu a beleza
A vida é embaçada pra quem tá no veneno
Uma mãe vendo os seus filhos com fome sofrendo
Os mais ricos do mundo só fazem investimentos
Diversão pra boyzinho, pra coisa ruim e armamento
Quanto ao meu povo investimento é zero
Dia a dia não é fácil, dia a dia não é belo [...]*

*Muita gente dá de frente, finge que não vê
De que adianta vida boa e ter tudo dá hora
Se o meu povo tá no veneno, ah meu Deus e agora?*

*Ah! O povo é mal cuidado, ignorado, esquecido
Os ricos querem mais é ver meu povo fudido
Exploram nossa vida roubam nosso dinheiro
Eu vejo o povo no veneno entrando em desespero
Irmão na ira, sem paz espiritual se armando
Roubando se arriscando porque tá precisando
Apanhando na vida, passando fome, que injustiça
E quando roda toma coro todo dia da polícia [...]*

*A pobreza a miséria todo dia cresce
Que porra é essa? Meu povo não merece
Um dia quem só fode a gente vai se fuder
Eles obrigam o meu povo a não ter paz para viver
Que Deus proteja os irmãos que agora tão na correria
Que Deus proteja o povo da periferia³.*

O rap “Povo da Periferia” traz de modo contundente uma descrição e expõe as mediações sociais, políticas e de classes que cercam a periferia, além de evocar a reflexão desse fenômeno “geográfico e social” (D’ANDREA, 2013). Expressa algumas pistas críticas sobre o lugar em que a grande maioria da classe trabalhadora vive e faz uma súplica observando as diversas situações de precariedade, vislumbrando alguma esperança e possibilidade de saída, mesmo que seja apegando-se a uma noção religiosa e abstrata como possível “salvação”, já que as respostas concretas de intervenções do Estado são parcas nas políticas sociais e adensadas no campo da repressão e controle.

³ Trecho do rap “Povo da Periferia”, de MC Ndee Naldinho, que compõe o disco com o mesmo título, lançado em 2002. Ndee Naldinho é um dos primeiros nomes no rap brasileiro a gravar álbuns, tendo sua primeira participação em disco no ano de 1988 na coletânea *O Som das Ruas*, quando ainda era conhecido apenas por Ndee Rap.



Foi escrita no início dos anos 2000, e de lá para cá 20 anos se passaram, mas a vida e as lutas diárias descritas na letra persistem nas franjas cidade, nas encostas, nas vielas, nos becos das favelas. Parece haver uma relação sócio-histórica entre a formação do Brasil contemporâneo com a periferização das cidades, com as condições periféricas de vida da grande maioria da população.

A periferia como fenômeno urbano expõe as dobraduras do desenvolvimento desigual das cidades e do país. A música expressa as dinâmicas “embaçadas”, difíceis e pesadas da vida “deste outro lado da cidade”. Faz a denúncia da divisão de classes, das segregações, explorações, decifra a forma desigual e desleal como são historicamente tratados os trabalhadores, os pobres, os sem trabalhos, os negros, aqueles que moram nas periferias, evidenciando que “o mundo é diferente da ponte pra cá” (Racionais MC’s)⁴. Confirma a espacialização desigual, como forte herança e cicatriz colonial que marca o Brasil periférico de hoje.

Como se sabe, os territórios são espaços socialmente construídos, movimentados pelos sujeitos sociais no processo de produção social, econômica, política e cultural. Neste sentido, os territórios periféricos se movimentam no traço das mediações sociais da classe trabalhadora, são espaços socialmente ocupados pelo morar, viver, sociabilizar, conviver, festejar, lutar e resistir daqueles que só detêm sua força de trabalho para produzir e reproduzir a vida. Lúcio Kowarick (2009, p. 163) chama a atenção para o fato de que as periferias sempre existiram. Na cidade de São Paulo, no início do período republicano, eram chamadas de “arrabaldes”⁵, isto é, lugares distantes do centro comercial e rico da cidade.

De longa data, esses territórios são conhecidos e marcados pela lógica da segregação espacial e social, e intensamente debatidos pelos estudos urbanos no Brasil, especialmente desde a década de 1970⁶. A classe que vivem do trabalho

⁴ Trecho do rap “Da ponte pra cá”, parte do álbum *Nada como um dia após o outro*, de 2002, do grupo de rap Racionais Mc’s. Importante grupo da cultura hip-hop brasileira, desde a passagem dos anos de 1989, constrói, por meio de suas músicas, leituras e narrativas sobre as periferias e seus sujeitos, compondo forte e potente análise das condições de vida da periferia, observando seu contexto com as mediações da sociedade.

⁵ A palavra designa parte de uma cidade ou povoação que fica fora ou nas adjacências de seus limites; subúrbio, lugar muito afastado do centro de uma cidade ou povoação; arredor, cercania.

⁶ Destaque para a coletânea publicada pela Arquidiocese de São Paulo em parceria com o Cebrap, 1975: *São Paulo – crescimento e pobreza*, em que Lucio Kowarick (falecido em 24 de agosto de



ocupa espaços inseridos na dinâmica da produção econômica, social, política inerente às relações sociais que materializam o processo desigual da instalação de bens e serviços. As periferias compõem a paisagem e o arranjo espacial antagônico das cidades.

2. TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS

Cabe destacar que a luta de classes e os seus antagonismos marcam historicamente a produção do espaço e a sociedade de classes delinea de forma direta a segregação residencial (CORRÊA, 2013). Em outras palavras, a sociedade classista diferencia os espaços urbanos em termos de sua distribuição residencial e vivencial, e as classes sociais constituem um dos conteúdos essenciais do processo de segregação e exclusão do esquadramento urbano. “A primeira força de produção do espaço na sociedade capitalista é a própria divisão de classes, a dos proprietários dos meios de produção e daqueles que têm apenas a força de trabalho para vender” (CORRÊA, 2013, p. 41).

A segregação do espaço urbano emerge a partir da localização diferenciada das classes sociais. Quanto mais intenso o processo de acumulação do capital, mais avançados se verificam os processos de segregação espacial, de periferização das cidades, sobretudo, das metrópoles.

O tecido urbano continua bastante desigual no que diz respeito à qualidade de vida das populações que habitam as infundáveis “vilas”, “jardins” ou “recantos” (TORRES; MARQUES, 2001; TORRES; MARQUES; FERREIRA; BITAR, 2003): através de noção de *hiperperiferia* – ou seja, as áreas mais degradadas, onde os moradores são mais vulneráveis do ponto de vista social e econômico –, estes estudos recolocam com vigor a problemática da segregação socioespacial e a própria concepção de periferias com locais homogeneamente marcados pela espoliação urbana. (KOWARICK, 2009, p.171).

A produção dos espaços periféricos das cidades é traçada por uma lógica imposta e induzida de segregação que não é um fenômeno recente, mas histórico e inerente às forças do modo de produção capitalista.

2020) já evidenciava a lógica desigual presente na formação das cidades brasileiras. O mesmo autor publica em 1979 o livro *Espoliação urbana* (Editora Paz e Terra).

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





Friedrich Engels (1975), em sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicada em 1845, já denunciava as transformações que ocorriam na cidade de Manchester, na qual se formava uma área residencial deteriorada ocupada pelos trabalhadores que serviam às recém-instaladas indústrias. Engels aponta as grandes transformações ocorridas nas cidades inglesas em detrimento da produção, com as classes mediatizando a produção dos espaços urbanos. De acordo com as nuances e os interesses econômicos, verificam-se a espacialização política, a segregação residencial, e a definição do lugar de cada classe.

As mediações das classes sociais nos territórios urbanos se constituem de mediações políticas; a segregação residencial, social, de acesso a direitos é expressão dessa lógica político-econômica que impõe aos sujeitos sociais a forçosa expulsão de certos espaços da cidade e a imposição sem alternativas dos lugares de vida, tipo de habitação. Assim, a periferia é uma construção antagônica no jogo de forças da produção do espaço urbano, é o lugar definido para as classes trabalhadoras, para os pobres e subalternos da cidade.

Favelas, cortiços, modestas ou precárias moradias construídas no sistema de autoconstrução e conjuntos habitacionais, muito dos quais recentes e já deteriorados, localizados, sobretudo, na periferia ou em áreas de risco ou já caracterizadas pela obsolescência, com precária ou nenhuma infraestrutura urbana, sujas e inseguras, compõem a paisagem das áreas de segregação imposta. (CORRÊA, 2013, p. 44).

Nas periferias estão centrados os loteamentos populares em que se destacam as autoconstruções, as precárias moradias autoconstruídas, conjuntos habitacionais populares, favelas onde residem as camadas mais baixas da classe trabalhadora. As precárias condições de vida coexistem com as distâncias físicas e sociais em relação à cidade, com os custos dos deslocamentos cotidianos para o trabalho e acesso aos serviços da cidade.

Reproduz-se, assim, em escala ampliada, um padrão periférico de expansão urbana rarefeito, que não só aumenta os custos de urbanização, mas também gera modos de vida marcadamente desgastantes para aqueles que optaram por habitar nessas regiões. (KOWARICK, 2009, p. 166).



As periferias são espaços de vida da classe trabalhadora, lugar em que se entrelaçam heterogêneos contextos e trajetórias de vida, lugar da coexistência, da multiplicidade que compõe as classes que vivem do trabalho. Pode-se considerá-las como um mosaico social e relacional, que na realidade social brasileira contém marcas expressivas do passado colonial que atravessam seu cotidiano, nas formas de repressão, nas estruturas e intensidades de exploração e “espoliação urbana”, tal como define Lúcio Kowarick (1993, p. 71):

Colocado no âmbito das lutas sociais, o processo de espoliação urbana, entendido enquanto uma forma de extorquir as camadas populares do acesso aos serviços de consumo coletivo, assume seu pleno sentido: extorsão significa impedir ou tirar de alguém algo a que, por alguma razão de caráter social tem direito.

A diferenciação de espaços na sociedade classista se movimenta por mediações políticas e econômicas, um jogo de forças e conflitos desencadeados na esteira da cena pública, na disputa pelas lógicas da cidade. Essas disputas incidem na lógica da vida dos sujeitos sociais, nas trajetórias de parcela das classes trabalhadoras que vivenciam cotidianamente a divisão territorial do trabalho, as dificuldades e a extorsão de acesso aos direitos civis, sociais, políticos, ambientais e sanitários.

Milton Santos (2009, p. 89) considera que há uma relação mútua entre desigualdade social e a desigualdade espacial, na qual a periferia compõe também a lógica da divisão social do trabalho: “é desse modo que a periferia participaria do funcionamento dos custos de reprodução no centro, caracterizando a troca desigual”. Os espaços periféricos das cidades se inserem em contextos maiores de produção, estando prescritos na lógica da divisão territorial do trabalho e das classes, compõem o processo de exploração e expropriação. As periferias correspondem à definição impositiva do lugar das classes na divisão socioespacial do capital.

Sob esta compreensão, a periferia compõe o centro da exploração, evidenciada pelo processo de acumulação do capital em sua contemporânea fase ampliada. A produção de espaços periféricos na dinâmica desigual das relações sociais urbanas é também um dos elementos de exploração e contraditoriamente



está no centro do processo de acumulação do capital. Milton Santos (2009), propondo um deslocamento do olhar, entende que “a periferia está no centro” do modo de produção capitalista, haja vista que a espacialização periférica das cidades é um fenômeno econômico, social, político, geográfico e histórico produzido e determinado pelo modo de produção do capital e por suas relações sociais.

A própria produção das cidades está intimamente ligada a processos e inter-relações com o capital produtivo. O modo de agenciar a espacialização dos lugares se faz de maneira contraditória e no embate de disputas de classe. A periferia, embora esteja (geralmente, mas não unicamente) às margens geográficas dos centros de poder econômico e apartada (seja por quilômetros de distância ou mesmo por muros), está contraditoriamente no centro do processo de acumulação ampliada do capital.

Pela sua dinâmica e configuração, as cidades contemporâneas se fazem de modo associado por desiguais condições e formas de exploração do trabalho, de tempo, de condições de vida, de remuneração, compondo uma divisão social do espaço segregadora, diversa e fragmentada que tece a periferização dos espaços.

Nesta perspectiva, é possível considerar que a realidade social brasileira é fortemente marcada pelo traço de economia periférica, dinamizando-se na produção como estrato periférico da economia mundial. Isso revela que a própria realidade social do país se insere no jogo desigual de forças, no processo de exploração intensa e rígida do trabalho, compondo uma sociedade desigual e combinada que também baliza a própria produção dos espaços territoriais. Assim, as dinâmicas das relações sociais no Brasil evidenciam o caráter periférico não só pelas dobraduras econômicas, mas também e não isoladamente, pelas formas, pelos modos e condições de vida da grande maioria dos sujeitos, pelas condições materiais e subjetivas de produção e reprodução da vida cotidiana dos mais pobres.

A marca periférica que constitui a produção, exploração e extração do mais-valor na sociedade brasileira não se restringe ao aspecto da economia, mas também e por isso se espalha para as relações sociais mais amplas da sociedade; funde-se com um modo de vida tipicamente periférico que edifica as condições de acesso, as



precariedades que forjam jeitos, as formas de sociabilidade em meio a intensos processos de exploração e espoliação da vida.

Com isso se ressalta que a periferia não é apenas um espaço localizado de segregação social, econômica e política dos locais mais pobres das cidades, mas é um dos traços constitutivos da dinâmica da vida social, econômica e política da sociedade brasileira. É um dos traços da formação social do país que se presentifica de modo latente nos contextos urbanos. As periferias são heranças e desdobramentos do processo de escravização, é a colonização ainda em curso e presente na realidade cotidiana da sociedade brasileira.

Desta forma, é possível considerar que o processo de periferização das cidades não se faz deslocado das regulações e contratos sociais. A periferia se expande com o ateste do Estado, das forças econômicas e políticas dominantes, pois, embora aparente estar articulada a uma forma excepcional de vida, ou mesmo um espaço de exceção no contexto urbano, a periferia se torna regra e condição de moradia, de vivência para aqueles considerados indesejáveis. Portanto, além de espaço geográfico determinado, é também relação social. Lúcio Kowarick (2009), analisando o contexto das periferias e das modalidades de casas autoconstruídas, destaca que:

Obviamente, a “clandestinidade” ou “ilegalidade” era apenas formal, pois os órgãos públicos não só tinham conhecimento desta modalidade de expansão urbana, como acabaram por aceitar que ela se **tornasse a regra dominante no processo de ocupação do solo. Tratava-se de um “laissez-faire urbano”**⁷, produtor de enorme especulação imobiliária. (KOWARICK, 2009, p.165, grifos nossos).

Com isso é possível analisar que o processo de periferização como um dos elementos da formação social brasileira expande e se amalgama na produção das cidades brasileiras contemporâneas, atendendo a uma lógica de regulação econômica dos espaços urbanos, com consentimento do poder público e interesse

⁷ O termo francês *laissez-faire* (“*deixai fazer, deixai ir, deixai passar*”) é utilizado no contexto da economia política para designar o liberalismo econômico, na versão mais contundente do capitalismo. No caso em destaque, o “*laissez-faire urbano*” evoca a reflexão de que o espaço nas cidades é produzido de modo deliberadamente marcado e determinado pelas forças de mercado, pelos interesses imobiliários, pela “mão livre” da economia de mercado.



do capital, seja em sua representação política de classe ou mesmo encabeçada pelo setor imobiliário-econômico.

Contudo, embora a periferia possa ser a síntese de um processo de formação social desigual, é preciso considerar a sua pluralidade em relação e extensão, uma vez que os territórios periféricos são espaços heterogêneos e de coexistência de precariedades e de forças, de tempos e ritmos distintos que se conjugam na produção de territorialidades periféricas.

O sociólogo Tiarajú D'Andrea (2013) discute os sentidos e significados do termo periférico, bem como a materialização da vida nas periferias, reconhecendo e existência de “sujeitos periféricos”. Em sua análise, o termo periferia designa um fenômeno social, geográfico e subjetivo. É um termo saturado de criticidade, pois evidencia as contradições da pobreza, violência, mas também cultura e potência, configurando sua força política.

É nos anos de 1990 que o termo periferia passa a ser utilizado em larga escala pelos seus próprios moradores, denotando o trânsito de uma categoria sociológica utilizada no âmbito acadêmico para uso e compreensão política de sua condição e modo de vida pelos sujeitos (D'ANDREA, 2013), no processo de fazer-se e refazer-se como classe. Assim, periferia, muito além de um adjetivo descritivo, passa a ser forma e conteúdo de um modo de vida, de relações culturais, subjetivas e, sobretudo, de políticas de autoidentificação.

Periferia, neste sentido, sintetiza a denúncia da pobreza e a violência presentes nos territórios mais pobres da cidade, não como fenômenos de si e isolados desses lugares, mas como processos imbricados às lógicas da produção das relações sociais. O problema não é a periferia, mas a periferia é onde se depositam grande parte dos problemas socialmente construídos, as contradições, as violências, os antagonismos de classe.

Sob essa gravitação de lógica interpretativa e analítica, evidencia-se que o problema não é a periferia em si, mas as desigualdades sociais que a acometem, é a sociedade e suas lógicas segregadoras e excludentes, são as relações de força; a



militarização e o controle sobre os pobres (um exemplo, é a polícia que mata⁸); as relações políticas, as lutas antagônicas de classe (os *playboys* – os burgueses, os “granfinos” – que movimentam escalas de preconceito, exploração e exclusão); a reprodução do racismo, exclusão, do patriarcado violento que percorre toda a sociedade e também as periferias.

Embora a periferia seja uma escala de localização espacial, é também uma categoria real, é o território usado, composto de denúncia, de criticidade que propõe desmanchar consensos, recoloca os conflitos sociais e urbanos em voga, apresenta as rugosidades do território, as dobraduras históricas das camadas da classe trabalhadoras, mostra “o outro lado da ponte”, mas sem perder de vista sua conexão e relação com a cidade. A periferia é prova material, concreta dos conflitos urbanos, a tensão social patente, polo dos antagonismos de classe.

Mas não é um fenômeno endógeno ou isolado em si; pelo contrário, está situada no bojo das relações sociais. Há aspectos sociais, econômicos e políticos que a atravessam, como: o adensamento do pensamento e da política neoliberal sobre a sociedade brasileira que se espalha rapidamente como mote ideológico e econômico, impondo mudanças com repercussões para o processo de conflito das classes sociais; o fim do paradigma fordista, resultante da degradação do emprego formal e suas normatizações; e o fim das projeções de vida das classes trabalhadoras calcadas na lógica do emprego formal/registrado e casa própria como sucesso de vida.

Neste sentido as relações com o mundo do trabalho constituem fortes motes de representação, sustentação e planejamento de vida, que incidem sobre o cotidiano e sobre o modo de ser e de viver dos sujeitos. Com as mudanças ocorridas nas últimas décadas no mundo do trabalho e na esfera produtiva, há repercussões intensas no processo de produção e reprodução da vida dos espaços periféricos das cidades.

⁸ Dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019) destacam que mais de 57 mil pessoas no país foram mortas de forma violenta e intencional. Do montante total, em 2019, as mortes provocadas pelo Estado (leia-se política) chegaram a 6.220. E 75% das vítimas assassinadas pela polícia eram negras. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>.



Questões como emprego e desemprego, salário e greve, instabilidade e informalidade, vadiagem e submissão, ascensão social e exploração, todas elas ligadas ao mundo do trabalho, são cruciais na elaboração dos projetos de vida e de subjetividades. A relação com o mundo do trabalho é fundamental na elaboração de uma projeção de si e do horizonte de possíveis. (D'ANDREA, 2013, p. 152-153).

Há neste contexto uma autoidentificação prejudicada do trabalhador, em função de novas configurações e precarizações no mundo do trabalho, com a experiência cada vez mais reduzida de emprego formal com carteira assinada. Novos padrões de produção e reprodução da vida vão se estabelecendo com o empreendedorismo individual, a competição como razão cultural e material de sobrevivência, tendo repercussões na esfera objetiva e subjetiva da vida dos sujeitos que vivem nas periferias.

Portanto, para compreender a periferia como fenômeno geográfico, social e subjetivo (D'ANDREA, 2013) inerente à condição de classe, é preciso considerar seu aspecto relacional, dialético e contraditório entre riqueza e pobreza, os antagonismos das classes, nas fronteiras que cercam os lugares periféricos não só como limites, mas como relação social, como patente da sociedade classista.

A periferia se mostra concreta no seio das relações de classe, expõe a dimensão urbana, as desigualdades e palpáveis oposições entre centro e periferia. Mas engloba também aspectos de sociabilidade, de formas de vida, modos, narrativas, descrições, pensamentos, jeito de ser, estar e se localizar no emaranhado das relações sociais. A periferia engloba traços da vida socialmente determinados, modos de vida dos trabalhadores, dos desempregados, dos pobres, dos negros, da juventude periférica, das relações de gênero, bem como expressa a dimensão dos conflitos sociais e urbanos.

3. CONCLUSÃO

Há de se considerar que a experiência da classe trabalhadora residente em periferias passa também pela lógica de segregação espacial e residencial, que se



materializa nas condições de vida, mas também na expropriação de seu tempo⁹ quando gasto nos grandes deslocamentos para o acesso à cidade para trabalho, estudo, tratamentos médicos, alguns acessos culturais. Experiências que se tracejam marcadas pela vida “apertada”, “sacolejada” entre trens, ônibus e vans no trânsito entre a periferia e os centros.

Neste sentido, a periferia se constitui território da classe trabalhadora, porque as abriga e contém suas formas de vida, suas experiências comuns. São lugares onde a classe trabalhadora tece a vida em comum nas tramas e na relação com a cidade desigual, forjando vivências, modos de vida, reúnem elementos objetivos, subjetivos, formas de sociabilidade, de festejo, de morar, de conviver, de organizar esteticamente sua cultura em linguagens, estilos, vestimentas próprias.

Lugares que também reúnem de modo heterogêneo trabalhos precários, convivência entre ilegalidades, igrejas evangélicas, o baile funk, os encontros de rap, a coexistência de variados ritmos de música como samba, pagode, sertanejo, forró e outros que ecoam nos carros e nas caixinhas de som.

Todas essas condições, situações e envergaduras da vida cotidiana da população mais pobre compõem um mosaico relacional dos territórios periféricos, que se tornam lugar de uma classe que se forma e é formada nas tramas de seu fazer no cotidiano da história. A periferia se compõe e é constituída em condições históricas baseadas em processos socioeconômicos, mas também de socialização dos sujeitos, das famílias nos territórios, na formação de costumes que se entrelaçam no âmbito do vivido, compondo as experiências de classe na inter-relação com as questões raciais e de gênero, compondo as novas feições e dobraduras da classe trabalhadora hoje.

Periferia também fazia parte dos significados da noção de classe. No caso, periferia foi a maneira mais adequada que a classe encontrou para se representar em determinado momento histórico, definição essa engendrada por meio de relações sociais internas e por meio de embates e relações com outras classes sociais. **Essa definição não se construiu necessariamente pelo reconhecimento de uma posição comum na produção econômica, mas pelo**

⁹ Sob esse aspecto, Flávio Villaça (2015, p. 33) analisa que: “Aqui entra em cena a questão da segregação urbana. A segregação é um artifício usado pelas classes sociais mais poderosas para minimizar os próprios tempos de deslocamento associados a todas as localizações, o dispêndio desse tempo é sempre uma desvantagem de toda e qualquer localização”.



compartilhamento de costumes, modos de vida e condições sociais em determinados territórios. Nesse momento em que classe passou a ser representada como periferia, o componente racial e o comportamento urbano da situação da classe ganharam relevo. (D'ANDREA, 2020, Kindle Edition, Location 24, grifos nossos).

É importante destacar que a periferia, como território socialmente construído, constitui-se na mediação com os motes de produção econômica que esquadrinha e movimenta a urbanização desigual e antagônica, mas também é espaço da criação, espaço da vivência, onde se fundem e se mediatizam experiências sociais, territoriais, compondo uma práxis territorial constituída de saberes e práticas (NAKANO, 2020)¹⁰.

Nas periferias, além das desigualdades, das exclusões e espoliações às quais são submetidos seus moradores, associadas às condições concretas e objetivas das precariedades, são traçadas relações sociais de convivência, de solidariedade que se sustentam pelo reconhecimento de condições de vida, de experiências comuns partilhadas, edificadas no mundo do vivido das classes, compondo elementos de sobrevivência, do “corre”, da “viração” ou mesmo da “sevirologia”¹¹. Os sujeitos comumente tecem redes de relações que se movimentam em circuitos de proteção, de ajuda, de trocas, com parentes, vizinhos, conterrâneos, amigos; mas também de relações de jogos de disputas e conflitos em torno do comum da vida, em que o legal, o ilegal e o ilícito fazem parte do mesmo cenário (TELLES, 2010).

Assim, além de ser um local materialmente e objetivamente constituído no bojo das relações urbanas, a periferia é parte concreta da vida nas cidades e dos

¹⁰ Reflexões tecidas pelo Professor Doutor Kazuo Nakano, na ocasião da aula de abertura da atividade programada “Construção do conhecimento a partir da periferia: sujeitos coletivos, territorialidades e experiências”, realizada, em 4 de março de 2020, pelo PEPGSS da PUC São Paulo.

¹¹ O termo “sevirologia” é usado pelo artista e militante Cleiton Fofão, componente da Comunidade Cultural Quilombaço do distrito de Perus da capital paulista. Adverte que: “Se não tem a gente [os periféricos], faz do mesmo jeito, a gente se vira, isso é sevirologia”. Fala que compôs a atividade “Construção do conhecimento a partir da periferia: sujeitos coletivos, territorialidades e experiências”, realizada em junho de 2020, pelo PEPGSS da PUC.



sujeitos que a habitam. Desdobra-se como modo de vida, como circuito de sociabilidade, como modo de se relacionar que se imbrica com o espaço territorial.

É um “espaço social, geográfico” e, acrescento, *de classe*, com o qual se defrontam as dobraduras do cotidiano; espaço saturado de experiências, de ações de ordem prática para a produção e reprodução da vida em meio às exclusões, desigualdades, mas também é potência de criação, de resistência, de enfretamento das durezas da vida não como se quer, mas como se pode. A experiência da classe trabalhadora no contexto urbano passa hoje necessariamente pela experiência periférica.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação Residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida. et al. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

D'ANDREA, Tiaraju. **A formação dos sujeitos periféricos**: cultura e político na periferia de São Paulo. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

_____. **40 ideias de periferia** [livro eletrônico]. São Paulo: Dandara, 2020.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Porto: Apontamentos, 1975.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

_____. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da Cidade**. São Paulo: EDUSP, 2009.

TELLES, Vera. **As cidades nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentum, 2010.

VILLAÇA, Flávio. O território e a dominação social. In: **Margem Esquerda**: ensaios marxistas. Boitempo: São Paulo, n. 24, jun. 2015.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
INTEGRADO E DOUTORADO

APOIO





POLÍTICAS PÚBLICAS E TERRITÓRIOS DE (SOBRE) VIVÊNCIA: luta, luto e resistência¹

Dirce Koga²

Resumo

O texto trata do desafio em se decifrar a realidade e produzir novos conhecimentos no âmbito das políticas públicas, tendo como ponto de partida testemunhos de luta pela sobrevivência presentes nos territórios das cidades, considerando inclusive os impactos da pandemia da COVID-19. Ao eleger como eixo norteador os "territórios de vivência", referencia o cotidiano destes territórios enquanto perspectiva de análise para o deciframento da multiplicidade de agentes e agenciamentos sociais neles atuantes, em que se constroem relações de convívio, associações e conflitos de interesses, acordos e códigos de sobrevivência. Neste cotidiano marcado por lutas, lutos, resistência, dores, conquistas e sofrimentos, e aparentemente apartado do Estado diante das evidências de precariedade e desigualdade social, também se pode evidenciar suas contrafaces enquanto territórios de (sobre) vivência.

Palavras-chave: Território. Vivência. Sobrevivência.

Abstract

The text deals with the challenge of deciphering reality and producing new knowledge in the context of public policies, taking as its starting point testimonies of the struggle for survival present in the territories of cities, including considering the impacts of the COVID-19 pandemic. By choosing the "living territories" as the guiding axis, it references the daily life of these territories as an analysis perspective for deciphering the multiplicity of agents and social agencies operating in them, in which relationships of coexistence, associations and conflicts of interest, agreements and survival codes. In this daily life marked by struggles, mourning, resistance, pain, conquests and sufferings, and apparently separated from the State in the face of evidence of precariousness and social inequality, its counterfaces can also be seen as territories of (over) living.

Keywords: territory, experience, survival

1. INTRODUÇÃO

¹ Este texto foi baseado em capítulo de livro a ser publicado na Coletânea intitulada "Políticas Públicas em Debate: perspectivas interseccionais" pela EDUFBA.

² Doutora em Serviço Social, Professora do Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social da PUC São Paulo. dirce.koga@gmail.com

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





No contexto pandêmico da COVID-19, o campo da proteção social, envolvendo as políticas de saúde e de assistência social no Brasil, sem dúvida, tem sido o mais diretamente afetado pelo “desgoverno” federal, e seus constantes ataques contra a ciência e medidas preventivas, cujas atitudes se aproximam terrivelmente do que Achille Mbembe (2018) tem denominado de “necropolítica”: “as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror” (MBEMBE, 2018, p.71).

Este trabalho se propõe a percorrer por algumas trilhas apontadas neste complexo cenário de incertezas e de afrontamento contra a própria vida envolvendo o Estado e “suas margens” (Veena Das, 2008), na direção da construção coletiva de novos conhecimentos. Para tanto, enquanto escala privilegiada de análise, as reflexões remetem aos “territórios de vivência”, os espaços em que se reside e se circula, em que se estabelecem vínculos relacionais com a diversidade de agentes e agenciamentos presentes no cotidiano de vida.

Entendemos que é neste cotidiano, em sua configuração de “espaço banal” (Santos, 1996), em que a multiplicidade de vivências e experiências se entrecruzam, que se torna possível um ponto de partida para a compreensão do contexto em que se encontram as incertezas referidas inicialmente. A noção de “espaço banal”, na perspectiva de Milton Santos opõe-se à noção de rede, no sentido de que este “espaço banal” configuraria o espaço de todos ou todo o espaço, sendo as redes parte deste todo.

A ideia de espaço banal, mais do que nunca, deve ser levantada em oposição à noção que atualmente ganha terreno nas disciplinas territoriais: a noção de rede. As redes constituem uma noção nova que, de alguma maneira, justifica a expressão da verticalidade. Mas, além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns. (SANTOS, 1996, p.16)

Dessa forma, o desafio posto à política pública a todo tempo, e em especial, no contexto de uma crise pandêmica-social é conseguir chegar a esta escala do “banal”, onde a vida de fato acontece, um caminho que se faz para além dos dispositivos burocráticos e legais, de cadastros, documentos e relatórios, que



compõem a rotina de atendimento às demandas das cidadãs e dos cidadãos de uma cidade.

2. TERRITÓRIOS DE VIVÊNCIA E O COTIDIANO PROFISSIONAL

A pandemia só deixou mais nítida a visão da cidade aparentemente caótica e sensivelmente desigual, tanto na distribuição de seus serviços públicos, quanto nas condições básicas de cidadania. Os famosos jargões “fique em casa” e “lave bem as mãos” intensamente divulgados pela mídia desde o início da pandemia continuam parecendo paradoxos para uma significativa parcela de cidadãs e cidadãos que sequer têm casa, ou que habitam precariamente, sem condições básicas de saneamento: sem acesso à água potável, sem rede de esgoto e sem coleta de lixo.

É nesta cidade real, “combinada e desigual”, em sua escala cotidiana, que se encontram alguns dos fios a serem decifrados sobre as situações exacerbadas pela pandemia, como o aumento do desemprego, da violência no ambiente domiciliar, envolvendo mulheres, crianças e idosos; o aumento da violência no espaço público, com crimes seguidos de morte; a incidência de suicídios envolvendo especialmente mulheres e adolescentes. Este cenário de tragédia humana tem sido acompanhado com o aumento do custo de vida, em que trabalhadoras e trabalhadores já intensamente precarizados em suas condições de sobrevivência, assistiram atônitos os preços de alimentos básicos subirem de uma hora para outra, como no caso do arroz, do leite e do óleo de soja, além do gás de cozinha e material de limpeza. Hoje, o preço de um botijão de gás é mais caro que um benefício do Programa Bolsa Família – PBF. As famílias pobres voltaram a cozinhar à lenha.

Na busca pela sobrevivência, as/os responsáveis pelo sustento das famílias tiveram que se expor saindo de casa, a pé ou por meio de transportes coletivos, que continuam lotados – sinalizações de que para muitas trabalhadoras e trabalhadores formais, informais, desempregadas/os, intermitentes, a luta cotidiana permanece inalterada, talvez mais intensificada, mais sofrida. Empregadas/os domésticos e diaristas se viram obrigadas/os a ficar em casa, seja pela perda do emprego, seja pela necessidade de cuidar de crianças e adolescentes, que não puderam mais frequentar as creches, escolas, serviços de convivência. De repente, logo no início

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





da pandemia, também foram suspensos atendimentos de rotina nas unidades básicas de saúde, além de consultas, exames e cirurgias eletivas, perícias nos postos do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Poderiam ser aqui delineadas uma série de outras situações vivenciadas no cotidiano pandêmico das populações periféricas das cidades, e que demandam respostas protetivas por parte do Estado brasileiro. E por isso, importa destacar como parte do trágico cenário, a luta pela sobrevivência dos dois sistemas que foram imediatamente acionados pela pandemia da COVID-19: Sistema Único de Saúde – SUS e Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Dois sistemas fundamentais na garantia da sobrevivência da população brasileira, que já vinham sofrendo importantes impactos desde a Emenda Constitucional 95/2016, também conhecida como “PEC da morte”, que congelou por 20 anos os orçamentos das políticas sociais.

O cotidiano profissional vivenciado pelos trabalhadores e trabalhadoras da chamada “linha de frente” em tempos da pandemia da Covid-19 se mostra ainda mais trágico, exacerbando o contexto de precarização das condições de trabalho, bem como dos desafios cotidianos postos diante do sofrimento ético-político vivenciado pelas populações atendidas. Como bem lembrou Christian Dunker (2020) logo no início da pandemia, “somos todos principiantes, experimentando e criando soluções e lidando com efeitos imprevistos”.

Este cruzamento de contextos tem incidido diretamente no cotidiano institucional e profissional, remetendo à necessária e urgente produção de novos conhecimentos, que inclui exatamente esta escala do cotidiano, das práticas vivenciadas a partir desse lugar institucional. Trata-se de considerar aqui a relação espaço-tempo como uma condição concreta e indissociável.

Porém, e apesar da consciência sobre essa necessária e urgente produção de novos conhecimentos a partir da escala do cotidiano, contraditoriamente, este mesmo lugar institucional, de forma geral, carrega em sua trajetória as marcas do excesso burocrático de cunho produtivista, na forma de dispositivos legais, que permeiam tanto o âmbito interno da gestão com pressões para prestações de conta por meio de relatórios, estudos sociais, pareceres, laudos, cadastros, diagnósticos,



avaliações. Em contrapartida, também dispositivos altamente burocratizados permeiam as relações dos profissionais com os cidadãos. Neste universo observa-se a densidade do teor fiscalizatório institucional, que condiciona o acesso ao direito a documentos “oficiais”, que comprovem a idoneidade moral e cívica (documentos de identidade, carteira de trabalho, declarações de rendimento, cartão-cidadão), a residência fixa (comprovante de endereço), ou ainda a lisura da contrapartida (notas fiscais, carteira de vacinação, matrícula na escola).

Se por um lado, se evidencia a realidade da ausência de políticas públicas nos territórios das cidades brasileiras, marcadas pela desigualdade social, por outro lado, também se evidenciam presenças, ainda que muitas vezes precárias, que contribuem para o acesso aos direitos à cidade e à cidadania. Esta relação contraditória entre presença/ausência de políticas sociais nos territórios das cidades se dá em meio a uma miríade de outras relações institucionais e não institucionais que fazem parte do cotidiano profissional e dos cidadãos que moram ou se movimentam nos territórios.

Dessa forma, para além do espaço institucional em que incide a atuação profissional, se fazem presentes uma multiplicidade de agentes e agenciamentos, que, no “frigor dos ovos”, ocupam e disputam o mesmo território, aqui entendido como “território usado”, na esteira de Milton Santos para quem o território em si não é um conceito. “Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam” (SANTOS, 2000, p.22).

O caráter relacional do território a partir do seu uso e junto daqueles “atores que dele se utilizam” se mostra como uma chave analítica para pensar coletivamente o espaço do trabalho profissional dentro de um contexto socioterritorial e não apenas institucional. Neste sentido, a dimensão territorial deixa de ser apenas o espaço geográfico de localização da intervenção profissional, mas também o contexto da realidade em que acontece este trabalho. Conforme nos ensina Ana Clara Torres Ribeiro, tendo como referência o território usado de Milton Santos,

No reconhecimento da vitalidade do tecido social, é necessário reconhecer que a complexidade da vida urbana se manifesta em todos os lugares, o



que exige a superação do uso preponderante do “localizador social” representado pelo domicílio, que tem sido utilizado, sem maiores reflexões, como norte da interpretação da dinâmica social. O território usado não tem limites pré-estabelecidos, admitindo diferentes escalas e a ação apenas tentativa e espontânea. O recurso ao conceito de território usado aumenta as oportunidades de fala dos muitos outros. (RIBEIRO, 2012, p.66)

O reconhecimento da “fala dos muitos outros” no cotidiano do trabalho profissional se coloca como central na perspectiva do território usado, para superação do tradicional uso como “localizador social” ou domiciliar, especialmente em se tratando de cidadãos que acessam serviços, programas, benefícios no âmbito da política pública. Voltamos aqui ao famoso “comprovante de endereço” como indicador preponderante de inclusão nos programas voltados para cidadãos de determinadas “áreas de abrangência”, que pode ser parte da cidade ou de sua totalidade ou ainda de uma região que abrange um conjunto de cidades.

Esta exigência comprovatória de acesso ao direito é apenas um dentre um rol de instrumentos protocolares utilizados cotidianamente na gestão de políticas públicas territorializadas, com destaque para serviços, programas e benefícios ofertados em escolas, unidades básicas de saúde - UBS, centros de referência de assistência social – CRAS. O território, nestes contextos, termina sendo reduzido a uma instância administrativa de gestão, desconsiderando a multiplicidade de seus usos e de “atores que dele se utilizam” que permeiam o cotidiano desses espaços institucionais.

Dessa forma, reduz-se “as falas dos muitos outros”, o que gera a invisibilização dos múltiplos sujeitos individuais e coletivos atuantes nos mesmos territórios, nesta escala do cotidiano, que Koga (2015) tem se referido como “territórios de vivência”, e que se encontram imbricados sob a superfície dos grandes números e genéricos relatórios e diagnósticos administrativos, pois

... se faz necessário desvendar ainda os números miúdos que interagem com os grandes números das estatísticas populacionais e territoriais que formam contextos diferentes e desiguais. Contextos de vivência são construídos ao longo do tempo, por uma sucessão de eventos, biografias, trajetórias de vida, que perpassam outra escala de observação sobre os territórios das cidades. (KOGA, 2015, p.25)

O processo de invisibilização “dos muitos outros” nem chega a ser questionado à medida em que é naturalizado nas rotinas a serem cumpridas, e que passam a ganhar uma dimensão exponencial nestes tempos de pandemia da



COVID-19. Ao trabalho precarizado em um contingente significativo de espaços institucionais, acrescenta-se o trabalho desumanizado frente ao aumento das demandas por atendimento, que não é acompanhado pelo suprimento de profissionais e recursos de proteção aos mesmos, desde Equipamento de Proteção Individual – EPI, até as condições de segurança de transporte para o trajeto entre residência e local de trabalho e ainda a garantia de serviços como creche para filhas/os das/dos trabalhadores, que se encontram na “linha de frente de combate à COVID-19”.

Assim, a invisibilização do contexto socioterritorial não pode ser atribuída individualmente às/aos trabalhadores. Trata-se de um processo que faz parte do escopo institucional, que embora se mantenha alheio a este contexto em que interagem o legal/ilegal, formal/informal, encontra-se cotidianamente nele envolvido, como observa Vera Telles:

Porém, isso significa dizer que, entre a morte violenta e a pobreza cativa dos dispositivos gestionários, há um socius que vai sendo tecido justamente em uma experiência que se faz, não à margem da lei, mas nos pontos de fricção com os agenciamentos de poder e as forças da ordem alojadas nas dobras do legal-ilegal, formal-informal. (TELLES, 2010, p.33)

Dentre as tramas tecidas nos “territórios de vivência” encontram-se os “dispositivos gestionários” da pobreza, ainda que aparentemente distantes da realidade que os cerca, configurando um campo, portanto, “não à margem da lei, mas nos pontos de fricção com os agenciamentos de poder e as forças da ordem”, e que implica em um necessário e contínuo deciframento, a ponto de tensionar conceitos, categorias e até os próprios dispositivos utilizados pelo trabalho profissional.

3. SENTIDOS DE SOBREVIVÊNCIA NOS TERRITÓRIOS DE VIVÊNCIA

Para além das estatísticas que expressam significativos aumentos nas taxas de violência, seja no ambiente privado e doméstico, seja no espaço público, o que pode ser evidenciado é que o grau de sofrimento das populações consideradas mais precarizadas do ponto de vista socioeconômico tornou-se mais intensificado com o advento da pandemia, tendo em vista que também se configuram como as



populações mais vulneráveis à contaminação do vírus, e à violência em tempos de isolamento social.

Também ficou evidente que o sofrimento da violência das populações mais pobres em tempos de pandemia é acentuado nas faixas etárias mais vulneráveis (idosos e crianças), além de incidir pela cor e gênero de suas vítimas, só reforçando as trajetórias de discriminação e violência já conhecidos. Estudo da Organização das Nações Unidas anunciava que a violência doméstica contra mulheres e crianças já era uma trágica realidade mundial antes da COVID-19:

Mesmo antes da existência da Covid-19, a violência doméstica já era uma das maiores violações dos direitos humanos. Nos 12 meses anteriores, 243 milhões de mulheres e meninas (de 15 a 49 anos) em todo o mundo foram submetidas à violência sexual ou física por um parceiro íntimo. À medida que a pandemia da Covid-19 continua, é provável que esse número cresça com múltiplos impactos no bem-estar das mulheres, em sua saúde sexual e reprodutiva, em sua saúde mental e em sua capacidade de participar e liderar a recuperação de nossas sociedades e economia. (ONU, 20/04/2020)

No caso brasileiro, a partir de dados semanais divulgados sobre o perfil das vítimas de COVID-19, tendo como referência o mês de maio de 2020, Oliveira et al (2020) já confirmavam a manifestação do racismo estrutural na pesquisa realizada no Rio de Janeiro, associando a população mais pobre residente em favelas e majoritariamente negra:

Identifica-se que a evolução da proporção de óbitos, do primeiro boletim em que houve a estratificação por raça/cor, ao último boletim, é de 62,9% para 41% em brancos e de 34,3% para 57% em negros. Essa tendência deve se manter ao longo das próximas semanas, diante da forte chegada da doença aos territórios periféricos – as favelas, onde a população negra é majoritária. Segundo o Painel COVID-19 nas Favelas, até o final do mês de maio de 2020 houve em torno de 266 óbitos em um conjunto de favelas do Rio de Janeiro, como Rocinha, Manguinhos, Maré, Jacaré, Alemão, Jacarezinho, Cidade de Deus, entre outras 44. Outros estudos chegaram a conclusões semelhantes, reforçando a constatação sobre a maior letalidade em negros e expondo uma grande diferenciação nas chances de morte segundo raça/cor – um paciente negro analfabeto tem 3,8 vezes mais chances de morrer em relação ao branco com nível superior. (OLIVEIRA et al, 2020, p. 10)

Os testemunhos da dor e do sofrimento que perpassam as vidas vitimizadas pela violência nas cidades brasileiras encontram-se subsumidas nas estatísticas de homicídios, feminicídios, suicídios: são mães e pais que perderam suas filhas e filhos, são crianças, adolescentes, famílias que perderam suas mães e seus pais, é



um país inteiro que perde potências de vida. É a mesma cena de barbárie e violência que se encontra sob os dados de mortes pela COVID-19, mortes solitárias, lutos solitários de um genocídio em massa.

O que é testemunhar o crime inerente à regra social, que consigna a singularidade do ser ao esquecimento eterno, mediante uma descida à vida cotidiana – não simplesmente articular a perda sob um gesto dramático de desafio, mas habitar o mundo, ou habitá-lo novamente, num gesto de luto? É nesse contexto que se pode identificar o olho não como o órgão que vê, mas o órgão que chora. (DAS, 2020)

Este cenário remete à introdução do livro “Olhos D’Água” (2016) de Conceição Evaristo, que vai trazer à tona seu olhar (que chora) sobre esta mesma realidade, que se escreve, porém, sob a perspectiva de quem a vivenciou de perto, que chega sob os signos do sofrimento e da dor.

A mulher negra tem muitas formas de estar no mundo (todos têm). Mas um contexto desfavorável, um cenário de discriminações, as estatísticas que demonstram pobreza, baixa escolaridade, subempregos, violações de direitos humanos, traduzem histórias de dor. Quem não vê? (EVARISTO, 2016, p.9)

É sobre estes testemunhos, em que diferenças de perspectiva de descrição dos mesmos cenários que perpassam pelos territórios em seu cotidiano, “pelo órgão que chora”, que se encontram fios de histórias a serem decifradas, vivências a serem compreendidas como ponto de partida.

A ausência do Estado ou sua precária presença nos territórios periféricos, além de reproduzir continuamente a desigualdade socioterritorial no interior das próprias cidades, deixam evidente seu proposital distanciamento em relação à escala de vivência de suas moradoras e moradores, de suas demandas. Uma forma de ação política de invisibilidade dos territórios periféricos e, ao mesmo tempo, uma estratégia ora excludente, ora focalista e clientelista, totalmente esvaziada de sentido público.

Dessa forma, o distanciamento do Estado em relação ao cotidiano de vivência se configura como uma estratégia política de esvaziamento do sentido público de sua responsabilidade, bem como de homogeneização de respostas, quando estas existem frente às demandas diversas e desiguais que estes territórios periféricos apresentam. Tal estratégia, por sua vez, dá margem não apenas às ações solidárias e ou clientelistas de organizações sociais ligadas ao campo da filantropia, da religião



ou mesmo do crime, mas também às intervenções do mercado financeirizado, que chega nestes territórios oferecendo vantagens de empréstimos, cartões de crédito, prometendo uma formalidade a uma população acostumada a “sobreviver na adversidade”, na informalidade, na ilegalidade como bem retrata Daniel Hirata (2018).

Portanto, o distanciamento do Estado se faz paradoxalmente presente, ao não prover direitos e serviços básicos de cidadania, porém, incentivando “parcerias” com setores privados do mercado, sob o mote contemporâneo de transformar moradores das periferias em “empreendedores”.³ Ou ainda, “judicializando” questões que são afetas ao campo da proteção social de crianças, adolescentes, jovens e famílias, cujas trajetórias de vida marcadas pela precariedade se entrecruzam com a trajetória dos territórios em que vivem. É neste emaranhado de ausências/presenças do Estado que se configuram campos de disputas entre os agentes governamentais, do judiciário, do legislativo, das organizações sociais, das organizações criminosas, bem como do mercado.

Daniel Hirata (2018) fornece elementos importantes, a partir de sua pesquisa de campo que redundou em sua tese de doutorado, sobre como construir este caminho por dentro das tramas que envolvem este emaranhado de agentes e agenciamentos no cotidiano dos territórios, “buscando compreender a produção desse conhecimento e dessas práticas governamentais, iluminar como são atravessadas pela incidência do poder, portanto, situar a problematização do crime como fenômeno”. (HIRATA, 2018, p.75)

Importa acrescentar ainda que a pesquisa de campo desenvolvida por Daniel Hirata teve como perspectiva de análise os equipamentos urbanos e as práticas “à margem do Estado”, que se inscreveriam “em um jogo de posições estabelecidas e definidas na situação e nas circunstâncias de sua relação com o poder e a prática

³ Este debate tem se intensificado nos estudos urbanos, e Vera Telles tem figurado como uma referência importante. “...nos ditos territórios da pobreza, vem se dando a promoção do chamado empresariamento popular, mobilizando toda uma pletora de instrumentos, mecanismos e mediações e, sobretudo, programas de microcrédito em boa parte promovidos pelos principais bancos privados do país”.(TELLES, 2015, p.26)



governamental” (idem). Ou seja, ao privilegiar a análise “à margem do Estado”, não significa excluí-lo, mas, ao contrário, pressupõe sua atuação neste jogo de posições.⁴ Pois, conforme afirma o autor,

Os mapas e as trajetórias de vida, assim como todas as intervenções que são elaboradas a partir de sua construção são fatores constitutivos do crime e oferecem o enquadramento a partir do qual esse pode ser pensado na prática governamental. Essa posição encaminha algumas decorrências na prática da pesquisa de campo: impossível pensar criminosos dissociados da política, o mercado extralegal sem os fiscais que o controlam, a organização de práticas extrajudiciais sem a incidência do aparelho judiciário, e assim por diante. É exatamente a partir dessa legibilidade das formas de controle que são estruturadas as formas que escapam a ela, sendo assim importante estar atento ao caráter relacional de ambas na constituição dos fatos, eventos, situações, arranjos, acordos que são produzidos nesta interação. (HIRATA, 2018, p.75-76)

As decorrências descritas por Daniel Hirata em sua pesquisa de campo evidenciam de forma concreta e contundente as associações entre práticas consideradas ilegais e os próprios dispositivos estatais, que expressam e dão sentido ao que Das e Poole (2008) configuram como práticas e relações constituídas “à margem do Estado”, produzidas no cotidiano dos “territórios de vivência”, em que se encontra inserida esta multiplicidade de agentes e agenciamentos socioterritoriais.

Dessa forma, a escala dos “territórios de vivência” enquanto perspectiva de análise e ponto de partida para a construção de novos conhecimentos, pressupõe enfrentar o desafio de não somente decifrar o que o ocorre no cotidiano destes territórios, mas principalmente de (re) conhecer a multiplicidade de agentes que ali vivem e circulam nas relações estabelecidas com a própria atuação estatal com seus diversos dispositivos legais, e que se expressam em “fatos, eventos, situações, arranjos, acordos”, conforme nos ensina Hirata.

É nesse contexto multifacetado e cotidiano construído “à margem do Estado” que se encontra também as possibilidades de se (re) pensar a gestão pública e mesmo as estratégias de pesquisas, diagnósticos e planos socioterritoriais. Quanto mais se adentrar por esta escala de análise, conseguindo estabelecer sentidos

⁴ Esta perspectiva de análise tem como referência os estudos de Veena Das e Débora Poole (2018), que defendem que “Una antropología de los márgenes ofrece una perspectiva única para comprender al estado, no porque capture prácticas exóticas, sino porque sugiere que dichos márgenes son supuestos necesarios del estado, de la misma forma que la excepción es a la regla” (DAS e POOLE, 2018, p. 20)



relacionais entre a diversidade de práticas, incluso o agenciamento estatal, talvez se encontrem pistas para a produção de novos conhecimentos, como lembra Veena Das, ao tratar do poder estabelecido pelo Estado e sua governança, a partir de “suas escritas”.

Assim, se o signo escrito se desprende do contexto por causa dos aspectos contraditórios de sua legibilidade e iterabilidade, isso significa que, uma vez que o Estado institui formas de governança por meio de tecnologias de escrita, ele simultaneamente institui as possibilidades de falsificação, imitação e as performances miméticas de seu poder. Isso, por sua vez, traz todo o domínio de equívocos e desculpas por parte do Estado para o âmbito do público. Uma das observações metodológicas que se segue disso é que, para estudar o Estado, precisamos deslocar o olhar dos lugares óbvios em que se espera que o poder resida para as margens e recessos da vida cotidiana em que tais equívocos se tornam observáveis. (DAS, 2020)

A proposta de Veena Das é o deslocamento dos “lugares óbvios” para as “margens e recessos da vida cotidiana”, em que o próprio Estado ao instituir seus dispositivos legais por meio da escrita, simultaneamente acaba por instituir “possibilidades de falsificação, imitação e as performances miméticas de seu poder”. É nesse campo cunhado por velhas e renovadas estratégias de sobrevivência das populações mais afetadas pela desigualdade social, e sob a regência do próprio Estado, que se encontram evidências para se construir outras perspectivas de análise, mais próximas ao cotidiano de vivência.

3. CONCLUSÃO

Nestes “pontos de fricção” em que se encontram enredadas as tramas do cotidiano com suas múltiplas faces e dobraduras socioterritoriais, se evidenciam “as dobras do legal-ilegal, formal-informal”, que desafiam o trabalho profissional a chegar mais próximo desta escala de vivência. Na perspectiva de Veena Das (2020) trata-se da escala do “ordinário”, ao qual a autora utiliza o verbo “descer” para dele se aproximar, o que poderia supor um deslocamento do alto para baixo, mas também da superfície para o interior desse mundo “ordinário”.

Para um campo institucional construído sob a égide do formal e legal tal deslocamento implica em um movimento anterior, de reconhecimento dos limites da institucionalidade, de quebra de paradigmas sobre o trabalho profissional no território, bem como sobre os sentidos da intersectorialidade, que perpassa



necessariamente, e com mais força, pela informalidade e da ilegalidade diante das urgências do cotidiano, que se exacerbaram em tempos de pandemia. Sim, lamentavelmente, dispositivos legais desconectados da dinâmica da realidade podem se tornar empecilhos diante das urgências sociais cotidianas, transformando respostas de proteção em desproteção social ou mesmo de morte. Desproteções e mortes legalizadas.

Vale o alerta de Aldaíza Sposati (2021) frente aos desafios postos ao Sistema Único de Assistência Social

Parece que temos um mantra: para qualquer emergência, a resposta é alimento, teto, abrigo. A pandemia da Covid-19 “pegou esse mantra na curva”. Digamos que, cuidar de alimento e higiene permaneceu, mas abrigo, ou partilha de teto, tornou-se a antítese da medida sanitária necessária do isolamento. Diante dessa falta de saber o que e como fazer, seguir o novo mantra, “fique em casa”, mostrou-se paradoxal, diante dos não proprietários; dos sem-casa; dos que vivem situação de violência intrafamiliar; das pessoas em situação de rua; dos que convivem em moradia precária; dos viventes sem infraestrutura. (SPOSATI, 2021, p. 257)

Dessa forma, os “territórios de vivência” emergem no contexto institucional, e de forma muito específica, no cotidiano profissional das/os assistentes sociais que atuam neste campo. É nesta escala do cotidiano profissional vivenciado no âmbito da instituição que chegam os números miúdos vivenciados pela população em seus territórios.

Neste cotidiano da luta pela sobrevivência, voltamos ao tema de Christian Dunker (2020): somos todos principiantes. Há que se buscar construir novos conhecimentos, na travessia dos chãos em que o real acontece, como já dizia Riobaldo, em trecho de *Grandes Sertões Veredas*, de Guimarães Rosa:

Ah, tem uma repetição, que sempre outras vezes em minha vida acontece. Eu atravesso as coisas — e no meio da travessia não vejo! — só estava era entretido na ideia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais em baixo, bem diverso do em que primeiro se pensou. Viver nem não é muito perigoso? (ROSA, 2019, p. 32)

Em tempos de pandemia e de necropolítica, certamente “viver nem não é muito perigoso?”



REFERÊNCIAS

DAS, Veena e POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social** No 27. Buenos Aires: FFyL – UBA. pp. 19–52, 2008.

DAS, Veena. **Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário**. São Paulo: Editora Unifesp, 2020. E-book Kindle.

DUNKER, Christian. **A arte da quarentena para principiantes**. São Paulo: Boitempo, 2020. E-book Kindle.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'Água**. Rio de Janeiro: Pallas Editora. E-book Kindle, 2016.

HIRATA, Daniel. **Sobreviver na adversidade – mercados e formas de vida**. São Carlos: EduFSCar/ CEM, 2018.

KOGA, Dirce. Territórios de vivência em um país continental. **Serviço Social & Saúde**. Campinas: Unicamp, v.14, n.1(19), p.9-26, jan./jun. 2015.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica – biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

OLIVEIRA, Roberta Gondim et al. Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Fundação Osvaldo Cruz, número 36, 2020. P. 1-14.

ONU. **Violência contra as mulheres e meninas é pandemia invisível**. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contras-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/>. Acesso: 20/04/2020.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades. **Redobra**. n. 9, p. 58-71, 2012. Disponível em: <http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9_Homens-Lentos-Opacidades-e-Rugosidades.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 22ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: tempo, razão e emoção**. São Paulo, EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia e SILVEIRA, Maria Laura (orgs). **Território e Globalização**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1996. P.15-20

16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL

X Jornada Internacional Políticas Públicas



**TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA**
Consciência de Classe e Lutas
Sociais na Superação da Barbárie

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SPOSATI, Aldaíza. SUAS e trabalho profissional: a/o trabalhadora/or assistente social. In: TAPAJÓS, Luziele et al (orgs). **Pandemia, políticas públicas e sociedade**. 1. ed. - Florianópolis [SC]: Emais, 2021. p. 249-258.

TELLES, Vera. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentum, 2010.

TELLES, Vera. Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos In: **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 46, n. 1, jan/jun, 2015. p. 15-41.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
INTEGRADO E DOUTORADO

APOIO





O(S) SENTIDO(S) POLÍTICO(S) DOS INSTITUTOS FEDERAIS EM MOVIMENTO E SUA ARTICULAÇÃO NOS TERRITÓRIOS DE VIVÊNCIA¹

Grazielle Nayara Felício Silva²

RESUMO

O presente texto tem como objetivo dissertar acerca dos o(s) sentido(s) político(s) dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), a partir do cotidiano das ações de ensino, pesquisa e extensão e sua articulação com os territórios de vivência. Compreende-se que os IFs têm centralidade na materialização da Política de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), estando presente em todas as unidades federativas do país, fruto de investimentos sociais, econômicos e políticos das políticas voltadas à EPT. Seus câmpus expressam ações a partir de uma formação integral, de modo a contribuir para o desenvolvimento social, político, econômico e cultural dos territórios, bem como para os arranjos produtivos regionais e locais. Foi possível constatar os sentidos políticos dos IFs ao promover uma formação integral, embora suas ações estejam atravessadas por lacunas e desafios, sobretudo no âmbito de sua articulação cotidiana com os territórios de vivência em que se encontram inseridos.

Palavras-chave: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Ações de ensino, pesquisa e extensão. Sentidos políticos.

ABSTRACT

This text aims to discuss the political meaning(s) of the Federal Institutes of Education, Science and Technology (FIs), from the daily activities of teaching, research and extension and their articulation with the living territories. It is understood that the FIs are central to the materialization of the Professional and Technological Education Policy (EPT), being present in all federative units in the country, as a result of social, economic and political investments of policies aimed at EPT. Its campuses express actions based on comprehensive training, in order to contribute to the social, political, economic and cultural development of the territories, as well as to regional and local productive arrangements. It was possible to verify the political meanings of the FIs when promoting comprehensive training, although their actions are crossed by gaps and challenges, especially in the context of their daily articulation with the living territories in which they are inserted.

¹ Este texto foi construído a partir de resultados e discussões da pesquisa de doutorado sintetizada na tese intitulada "O COTIDIANO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA PERSPECTIVA DA ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: UMA ANÁLISE DO(S) SEU(S) "SENTIDO(S) POLÍTICO(S)" A PARTIR DOS IF'S DA REGIÃO DE CAMPINAS" defendida em junho de 2021, no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

²Doutora em Serviço Social pela PUC São Paulo, Assistente Social do IFSP Câmpus Capivari.
graziellefelicio@yahoo.com.br





Keywords: Federal Institutes of Education, Science and Technology; teaching, research and extension actions; political senses

1. INTRODUÇÃO

O debate e análise central deste texto relaciona-se ao(s) sentido(s) político(s) dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a partir do cotidiano das ações de ensino, pesquisa e extensão. Essas interlocuções foram desenvolvidas a partir das ações realizadas pelos câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo situados nas cidades pertencentes à Região Administrativa de Campinas, ou seja, Bragança Paulista, Campinas, Capivari, Jundiaí, Hortolândia, Piracicaba e São João da Boa Vista, bem como foram entrevistadas assistentes sociais³ alocadas enquanto trabalhadoras do Serviço Social nos câmpus da Instituição.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados em 2008, em meio às políticas governamentais implementadas pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, de modo a construir mudanças na Política de Educação Profissional e Tecnológica do país. Entretanto, apesar da introdução de novas perspectivas e concepções, os IFs não são instituições “novas”, pois são fruto do desenvolvimento histórico das Escolas de Aprendizizes e Artífices e, ao longo do processo de formação social do Brasil, recebeu outras denominações, como as Escolas Técnicas Federais e os Centros Federais de Educação Tecnológica.

Apesar de não ser algo “novo”, os Institutos Federais introduziram novas perspectivas e concepções para a Política de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país, ao formar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Assim, os IFs ganharam centralidade na materialização da EPT, tendo em vista que seus câmpus estão presentes em todas as unidades federativas, além de vivenciarem um crescimento exponencial entre 2008 e 2016.

³ Neste artigo são citadas falas das sujeitas, nomeadas por codinomes de pedras preciosas, de forma a garantir o sigilo da identidade das entrevistadas.



Daros (2019, p. 34) afirma que o processo de criação e expansão dos Institutos Federais, além de ser “a maior expansão da educação profissional já realizada pelo Governo Federal na história brasileira”, é fruto das políticas neodesenvolvimentistas⁴ adotadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores no período de 2003 a 2014, bem como “relaciona-se ao imbricamento e às tessituras existentes entre a noção de ‘sociedade do conhecimento’” (DAROS, 2019, p. 34).

Atualmente, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é constituída por 653 unidades, das quais 599 são Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o que representa 92,82%, segundo a Plataforma Nilo Peçanha. A inserção e expansão da RFEPCT dialoga com a inserção nos espaços locais e regionais dos territórios, de modo a promover o desenvolvimento socioeconômico. De acordo com Frigotto (2018, p. 7), os IFs “desde sua criação [...] expressam a mais ampla e significativa política no campo da educação pública”.

As concepções e diretrizes dos IFs direcionam seu objetivo de promover o acesso à Educação Profissional pública e de qualidade, abarcando na mesma instituição diferentes níveis e modalidades de ensino e propiciando uma formação integral, além de contribuir para o desenvolvimento dos arranjos produtivos regionais e locais. Entendemos que tal formação integral deve propiciar o acesso, a permanência e o êxito em ações de ensino, pesquisa e extensão que dialoguem com uma perspectiva crítica, de modo a potencializar o desenvolvimento omnilateral dos sujeitos nas diferentes dimensões que o constituem, já que compreendemos a Educação como parte ontológica e constitutiva do ser social.

É fundamental partir da compreensão de que o momento presente é marcado pelo contexto de ofensiva ultraconservadora do capital (LIMA, 2021), um cenário que apresenta rebatimentos no modo como a política pública se efetiva. Assim, a pesquisa consubstanciou-se na perspectiva materialista histórico-dialética, possibilitando analisar o objeto de estudo para além da aparência, inserindo-o na

⁴ Embora compreenda-se que os governos relacionados ao Partido dos Trabalhadores no período 2003-2016 não promoveram mudanças significativas no adensamento do neoliberalismo no país, há uma série de autores que defendem a ideia do neodesenvolvimentismo como algo que baliza as políticas governamentais do período, ao promover “crescimento econômico e a possibilidade de inclusão social por meio da reorientação social e econômica dos territórios” (DAROS, 2019, p. 35).



essência e no conjunto da totalidade social de uma forma crítica e reflexiva, pois entendemos a realidade social em constante movimento.

Privilegiamos, nesse contexto, os “territórios de vivência” enquanto referência para a abordagem do cotidiano profissional das trabalhadoras-sujeitas, cujas vozes se colocam como protagonistas da história dos próprios IFs em que estão inseridas. Segundo Koga e Alves (2010),

[...] o território se configura como um elemento relacional na dinâmica do cotidiano de vida de populações. E o fato do território estar tão presente no cotidiano e na vida das pessoas evidencia que a história não se faz fora do mesmo, mesmo porque não existe sociedade a-espacial (KOGA; ALVES, 2010, p. 71).

Mary Jane e Peter Spinky (2017, p. 593) referem-se à dimensão do cotidiano na pesquisa social como uma “virada para o mundo do vivido”, tratando-se de “pesquisar o cotidiano como lugar de vida, de competência e de ação”. É nessa escala de análise que buscaremos decifrar o(s) sentido(s) político(s) dos IFs.

2. OS INSTITUTOS FEDERAIS: A INSTITUCIONALIDADE DE UM NOVO MODELO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Pacheco (2011, p. 13) afirma que os IFs se configuram, em termos de proposta político-pedagógica, como um modelo institucional inovador, sustentando “um conceito de educação profissional e tecnológica sem similar em nenhum outro país”. Um conceito que abarca a verticalidade de níveis e modalidades de ensino, oferecendo cursos técnicos (a maioria articulados ao Ensino Médio), cursos de graduação (licenciaturas, tecnológicas e bacharelados) e pós-graduação (especializações, mestrados e doutorados). Assim, o

O Instituto Federal [...] é uma instituição muito completa. Para mim, eles são ricos, pela forma como eles foram configurados. É uma instituição de ensino, que atende diversas modalidades, então ele atende desde o PROEJA, do curso de Ensino Médio Integrado, cursos técnicos, curso superior de tecnologia, de pós-graduação, de mestrado, enfim... [...] é difícil você ter uma instituição no Brasil que uma pessoa possa ter o acesso, entrar na instituição e percorrer todos esses caminhos... E acho que no sentido da cidadania, no



sentido de levar o acesso à educação para as comunidades mais vulnerabilizadas, de desenvolvimento de regiões empobrecidas, eu acho que o Instituto é muito, como eu posso dizer, é privilegiado, nesse sentido, a gente tem as universidades focadas só nos cursos de graduação, cursos superiores, enfim. Mas os Institutos não, a gente tem a oportunidade de conviver com diversos níveis do ensino e os docentes também, as suas experiências são para trabalhar desde pessoas com baixa escolaridade, até o mais alto nível, então a gente transita por todas essas modalidades. Então eu considero que o Instituto é um modelo, a sua concepção é rica, eu acho que vai ao encontro do que a sociedade precisa, e ele ainda está nesse processo de entender o seu papel (AMETISTA, 2020).

De acordo com documentos oficiais, o intuito era de que os Institutos Federais possibilitassem ao país atingir condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico, tendo como foco a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias, além de responder às demandas por formação profissional, difundir conhecimento científico e tecnológico e oferecer suporte aos arranjos produtivos locais. Buscava-se, assim, construir novas perspectivas para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Desse modo, a institucionalidade dos IFs constituiu-se como uma ação concreta no âmbito das políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica no país e ocupou papel estratégico de ação política e de transformação social no processo de desenvolvimento nacional (BRASIL, 2010).

Dessa maneira, compreendemos a Educação Profissional e Tecnológica como uma política pública comprometida com a garantia da igualdade e equidade social, acessível a todos, com a articulação de políticas setoriais que promovam impactos no universo em que se insere. Isso significa dizer que, enquanto política pública, os IFs se expressam em território nacional e desempenham o papel de agentes colaboradores na estruturação de outras políticas públicas para a região, devendo manter uma relação direta com o Poder Público e as comunidades locais, na perspectiva de inclusão social e na configuração de um projeto que tenha como lugar comum o território, estabelecendo um projeto mais amplo para a Educação Pública que supere a subordinação ao poder econômico e intervenha na realidade com o objetivo de resgatar a cidadania e a transformação social.



Nessa direção, a educação profissional ofertada por essas instituições tem a função de articular um projeto de desenvolvimento nacional e transformar-se em um instrumento institucional para a emancipação e a radicalização democrática, por meio de uma proposta progressista, que aponte para um novo tipo de instituição identificada e comprometida com o projeto de desenvolvimento da sociedade e que propicie um “salto qualitativo em uma caminhada singular” (PACHECO, 2009, p. 2).

4. OS SENTIDOS POLÍTICOS DAS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DOS IFS

Diante dos objetivos propostos neste texto, o presente tópico tem como intuito apresentar resultados teóricos e empíricos que possibilitem compreender o IF em seu papel estratégico de ação política e transformação social no processo de desenvolvimento local/regional a partir dos câmpus da Região Administrativa de Campinas, bem como avaliar e conhecer a articulação de ensino, pesquisa e extensão dos IFs frente aos novos agenciamentos socioterritoriais da Região de Campinas. Como indicado anteriormente, as reflexões aqui postas estão ancoradas na materialidade do cotidiano do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Conforme Relatório de Gestão de 2019, o IFSP, enquanto instituição “

[...] é uma autarquia Federal, dotada de personalidade jurídica e autonomia Administrativa, Patrimonial e Financeira. Com atuação estratégica na educação superior, básica e profissional, tem como objetivo a qualificação profissional dos cidadãos para atendimento e atuação em diversos setores da economia (IFSP, 2020, p. 12).

Entendemos que há uma direção explícita dos IFSP para uma formação integral e inclusiva e, ao mesmo tempo, comprometida com a inserção do Instituto no território local/regional em que se encontra localizado, no sentido de contribuir com o “desenvolvimento regional, produção e socialização do conhecimento”. No âmbito territorial, o Relatório de Gestão assinala que a atuação do IFSP se relaciona à localidade e arredores dos câmpus construídos e em pleno funcionamento.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





O território, segundo Sposati (2013), é uma construção histórica, política e socio-relacional que não se limita à localização de equipamentos sociais. Ele supõe movimento, agregando uma dimensão histórica e cultural que constrói sua identidade na dinâmica de relações com o espaço geográfico. Assim, a relação entre política social e território implica a necessidade de apreender “as relações sociais recoladas em seu contexto espaço-temporal e sócio-histórico” (SPOSATI, 2013, p. 8), considerando suas particularidades e possibilidades, marcadas por múltiplos elementos que materializam a identidade da política social no cotidiano dos sujeitos.

É no âmbito do território que as políticas sociais ofertam seus serviços, enquanto uma expressão real e concreta dos serviços sociais para a população. Entretanto, há políticas sociais que “não chegam a se territorializar” (SPOSATI, 2013, p. 15), ao se efetivarem sem considerar “as condições objetivas do lugar onde vivem as pessoas ou sem considerar se estas afetam ou não o resultado da política”. No entanto, ao desconsiderar a realidade do território nega-se a dimensão coletiva que o território possui.

Segundo Koga (2011), há que considerar, ainda, a distinção entre políticas territorializadas e políticas territoriais, com base nas reflexões de Michel Autès:

Autès (1991) denomina de políticas *territorializadas* essencialmente aquelas em que o território passa a ser o palco das velhas políticas existentes. Elas passam a ser administradas descentralizadamente, mas não mudam sua lógica ou seu desenho em função do lugar onde passam a atuar...Na perspectiva de Autès, as *políticas territoriais* são aquelas capazes de elaborar fórmulas inéditas de gestão do vínculo social. Aqui, o lugar realmente faz a diferença, sendo o agente motor da engrenagem das políticas. A partir da inter-relação entre políticas e território é que novas formas de gestão são introduzidas (KOGA, 2011, p. 227-228, grifo no original).

Tais reflexões nos impulsionam a pensar sobre os sentidos políticos da presença do IFSP nos territórios em que se inserem, pois não basta uma direção territorializada de distribuição e instalação de câmpus, mas os vínculos que cada câmpus constrói com o lugar, com o cotidiano vivenciado entre os diferentes e diversos agentes e os agenciamentos que criam seu contexto. A essa escala de



gestão da política pública, Koga (2015) denomina “territórios de vivência”. Segundo a autora, se faz fundamental

[...] agregar ao contexto a dimensão temporal que comporta a escala de vivência no território, e que permite olhar para as dinâmicas cruzadas de mundos e diversidades que fazem parte da riqueza sociocultural. Ao mesmo tempo, a vivência no território evoca experiências e práticas que passam por tensões e conflitos na disputa cotidiana pela sobrevivência humana (KOGA, 2015, p. 24).

Pensar os territórios de vivência dos Institutos Federais está em conformidade com seus sentidos políticos, pois se trata da construção de interconexões com os agentes socioterritoriais, com os movimentos sociais e seus sujeitos coletivos, com os espaços das cidades que mobilizam e articulam a Educação Profissional e Tecnológica ofertada nessas instituições, como expresso por Turmalina (2020) ao relatar a relação do câmpus onde atua.

[...] a gente tem uma relação muito boa com a comunidade, com os movimentos sociais, com o sindicato dos professores, mas eu vejo que fica muito restrita a cidade [aqui]⁵, na verdade os nossos alunos não são só [daqui], nós temos alunos de Campinas, de Sumaré, de Monte Mor, de Paulínia, e a gente fica muito restrito com a cidade [aqui]. Eu acho que a gente devia melhorar nesse sentido, porque se a gente tem alunos de cinco, seis cidades aqui da região, a gente deveria realizar articulação com todas, mas ao mesmo tempo a gente não tem pernas para fazer isso. Mas na cidade [aqui], a gente consegue fazer uma boa articulação com a prefeitura, com os movimentos sociais, com as instituições, associações, ONG's, então a gente tem uma relação muito próxima com eles, eles sempre estão participando das ações, a gente sempre também está buscando construir ações juntos, em conjunto, porque acho que isso traz uma riqueza grande para a instituição e também na relação de troca mesmo, do que a gente pode junto construir para a cidade [...]

(TURMALINA, 2020).

Cabe ressaltar que analisar o território, como síntese de um coletivo, significa pensar a “concretude da vida cotidiana desenvolvida no chão da cidade” e “não há como construir uma relação democrática sem procurar entender as interações que se dão num determinado espaço/território, onde está instalado um determinado

⁵ Nome da cidade suprimido para garantir o anonimato da entrevistada.



serviço social público” (SPOSATI, 2013, p. 17). Dessa forma, discutir política social implica conhecer como se aproxima da realidade da população e constrói mediações.

Os documentos institucionais que subsidiam as análises deste trabalho demonstram como a instituição tem pautado suas políticas de ensino, pesquisa e extensão e o direcionamento de seus objetivos e ações. Entretanto, é preciso considerar que as realidades sociais, culturais, políticas e econômicas dos câmpus são heterogêneas e diversas. Além disso, a conjuntura socioeconômica e política do país expressa desafios que rebatem nas ações do IFSP e que requerem olhar atento. É fundamental garantir o acesso público, gratuito e de qualidade, que promova a permanência e o êxito dos itinerários formativos, além da indissociabilidade entre as políticas de ensino, pesquisa e extensão. Essa afirmação dialoga com a percepção de Turmalina acerca das ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no Instituto e sua relação com o território:

Eu percebo que é uma das riquezas dos institutos federais, a questão do ensino, da pesquisa e da extensão, principalmente nessa relação com a comunidade, a gente vê o quanto a população valoriza as ações que são realizadas, o quanto isso traz impacto na vida, no cotidiano, na realidade. É assim, não tem muito como explicar, é uma coisa inexplicável, só quando você vê o impacto de um projeto na vida de uma pessoa e você fala: “- nossa!”. Às vezes pra gente é uma coisa tão cotidiana, tão no dia a dia do trabalho, e pra aquela pessoa trouxe uma transformação tão grande, que você só consegue ver no olhar e na palavra de agradecimento, né, nas ações. Então é muito legal, assim, eu acho que traz um impacto muito grande (TURMALINA, 2020).

Entende-se que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo está inserido em territórios heterogêneos e diversos e há uma multiplicidade de realidades que se aproximam de sua realidade institucional, o que implica em potencialidades das ações de ensino, pesquisa e extensão que se desenvolvem no cotidiano da instituição. Frente à multiplicidade de cursos ofertados, nas mais diversas áreas, avalia-se que os Institutos Federais buscam dialogar com os diversos arranjos produtivos locais que perpassam o mundo do capital atualmente. Uma das entrevistadas ressalta que observa essa articulação a partir

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





das necessidades das regiões onde os câmpus se inserem e que, embora seja possível uma variedade de possibilidades de cursos, nas mais diferentes áreas, há escolhas que são feitas a partir do perfil da instituição, que direciona seus cursos em determinados eixos. Além disso, é notório que o avanço da Instituição frente aos territórios ampliou-se a partir da gama de cursos e ações que se relacionam com os arranjos produtivos locais.

[...] então, trazendo aqui para a região, acho que dialoga sim com os arranjos produtivos, com as necessidades da região. Eu acho que é uma região que caberia também muitas outras necessidades de cursos. Mas também o Instituto não tem como, pela sua formatação, pela questão dos professores [...] [...] antes a gente falava que o Instituto não era conhecido, o pessoal não sabia que tinha um Instituto Federal [...]. Agora a gente está numa fase não que todo mundo sabe, mas a gente está numa fase que as pessoas já conhecem. O Instituto está concretizado como uma instituição de ensino [...] as pessoas sabem que é uma escola [...]. Já está naquela fase que as empresas estão conhecendo, as pessoas, até o processo seletivo, tem cursos agora que tem uma demanda bem grande [...] antes a gente tinha que ficar oferecendo, divulgando, não que a questão de divulgar não seja importante, mas agora por si só já tem cursos que tem demanda [...]. Então a gente entende que a Instituição está se tornando conhecida [...]. (PÉROLA, 2020).

No âmbito da extensão, percebemos uma riqueza de ações que envolvem principalmente aspectos inerentes à formação de valores éticos, culturais e sociais. Há sentidos políticos nas ações desenvolvidas, que estão em conformidade com os princípios, valores e objetivos postos à EPT, todavia, tais ações não estão imunes a contradições. Partindo da premissa gramsciana de que “somos todos intelectuais”, é fundamental promover ações que potencializem os sujeitos na constituição e formação de valores relacionados às esferas econômica, produtiva, social, cultural, intelectual etc. Assim, é necessário possibilitar que a classe trabalhadora se aproprie dos espaços públicos voltados à sua constituição enquanto sujeito, tendo em vista a compreensão de que a educação perpassa diversos e distintos processos formativos, em distintos contextos sociais, de modo a desenvolver plenamente os sujeitos e seu exercício para a cidadania, para a prática social e para o mundo do trabalho.



No que diz respeito à pesquisa, compreendemos que os projetos de pesquisa desenvolvidos possuem relação com os objetivos propostos aos Institutos Federais. Observa-se variedade de inserções de pesquisa, com temáticas diversas e, no ano de 2020, no contexto da pandemia de COVID-19, foram mais suscitadas temáticas voltadas ao campo das ciências humanas e sociais. Além da expressividade dos números, avaliamos que os câmpus têm desenvolvido pesquisas significativas, que contribuem para a produção de ciência no país e impactam na sociedade.

5. CONCLUSÃO

Diante dos debates apresentados, consideramos que os Institutos Federais possuem sentidos políticos fundamentais à garantia da Educação Profissional e Tecnológica no país, pois se constituem como instituições inovadoras, com a materialização de ensino, pesquisa e extensão a partir de direcionamentos éticos, técnicos, teóricos, políticos, culturais e econômicos na medida em que tensionam o diálogo interno e indicam contribuições ao território onde se encontram.

Embora os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia estejam inseridos em um conjunto formativo extenso, que visa contribuir para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e, de certa maneira, articula-se à formação para o mundo do trabalho, defendemos que suas ações de ensino, pesquisa e extensão têm objetivos políticos que propiciam uma formação ampliada, crítica, inserida na sociedade de modo a potencializar a classe trabalhadora para além desse espaço institucional da Educação Profissional e Tecnológica.

Há a materialização de uma educação crítica e cidadã nos Institutos Federais analisados. Conforme apontado pela pesquisa empírica e documental, as ações de ensino, pesquisa e extensão são desenvolvidas de forma efetiva e têm potencialidades, embora haja fragilidades que precisam ser discutidas.

Parafraseando Ney Teixeira Almeida (2019), no prefácio do livro *Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica*, é preciso afirmar, sobretudo na conjuntura atual, que a Educação contempla uma dimensão política, o que implica compreender as pluralidades e o sentido social de práticas pedagógicas. É



fundamental reafirmar que a Educação se constrói cotidianamente, permeada por contradições e disputas.

Não é fácil também não, porque tem resistências, né, então os locais, acho que tem resistência, dependendo do projeto menos, dependendo da ação, mais, né, principalmente para o Serviço Social, a gente sempre tem resistência nas nossas ações, eu nunca vi, porque será, as vezes talvez seja uma coisa para se pesquisar..., mas a gente está aí, né, é para isso que a gente veio, então... são desafios (TURMALINA, 2020).

Em relação às contradições e disputas, cabe reafirmar que a EPT esteve atrelada a contextos históricos atravessados por embates nas esferas política, econômica, social ou ideológica, que se constituem em marcas de sua trajetória institucional. Importa ressaltar, ainda, que a investida neoliberal tem adentrado o cotidiano da política de Educação no Brasil, encontrando terreno propício para seu desenvolvimento devido à matriz patrimonialista, autoritária e hierárquica presente na sociedade brasileira, enquanto “mito fundador”.

No que tange à articulação com o território, os elementos indicam a necessidade de ampliar as ações, sobretudo ao considerar a solidificação do tripé que compõe os Institutos Federais. As entrevistadas observaram que há uma articulação do Instituto Federal, enquanto uma instituição educacional, com os agentes institucionais e não institucionais da cidade e com a Educação Profissional e Tecnológica ofertada nos câmpus, todavia, é preciso refletir sobre a efetividade desse arranjo estabelecido.

Há heterogeneidade nas construções com o espaço da cidade, com os sujeitos coletivos e com setores vinculados ao mundo do capital, e essas diferenças se expressam nas relações estabelecidas com a realidade local. No âmbito dos câmpus pesquisados, alguns construíram relações de vinculação e articulação com os agentes institucionais e não institucionais locais, enquanto outros câmpus possuem vínculos “muito sutis”, conforme expressão utilizada por Ametista (2020).

Além disso, embora haja uma pontualidade das ações no que se refere ao diálogo com os arranjos produtivos locais e com a efetividade das ações para a promoção do enfrentamento das desigualdades sociais locais e regionais dos



territórios, verifica-se que ações desenvolvidas têm alcançado um espaço importante no que tange à oferta de ensino, pesquisa e extensão, pois promovem mecanismos que contribuem para o início de reflexões e articulações, como apontado pelas entrevistadas.

Compreendemos que a desigualdade social é um processo inerente às relações sociais capitalistas e que as expressões da questão social materializadas no cotidiano requerem intervenções para além de atribuir à política pública de Educação Profissional e Tecnológica a responsabilidade em erradicar ou minimizar as consequências dessa desigualdade. No entanto, é significativa a contribuição da EPT para transformar realidades sociais, como afirma Turmalina (2020).

[...] qual é o impacto [...], quais são as transformações que tiveram, quais os impactos que as ações dos institutos, por que eu sei por que a gente vê, a gente vivencia, a gente vê, isso traz mudança na realidade dos alunos, a gente vê os alunos quando eles entram e quando eles saem, eles voltam aqui pra contar as conquistas, pra contar as transformações, as empresas entram em contato com o Instituto buscando estagiários, depois entram em contato para indicação de profissionais, a gente tá precisando de um técnico em mecânica, vocês têm um aluno que formou para indicar, então a gente sabe que tem esse impacto, e aqui [...] a gente tem muita empresa, aqui na região [...], que com essa demanda do trabalhador de ensino técnico, tecnológico, do ensino médio integrado a gente vê vários alunos entrando em universidades, saindo daqui sem cursinho, nada, eles fazem UNICAMP, UNESP, USP, passam direto no vestibular, que é um processo até desumano se a gente for pensar, mas eles entram assim, numa facilidade muito grande, [...] a gente vê que isso tem mesmo um impacto na realidade social, na realidade dos estudantes, e na realidade da cidade, nessa questão de diminuir as desigualdades. O que a gente vê também é essa questão de como a desigualdade é grande na região, a gente tá numa região rica, se a gente for pensar, mas ao mesmo tempo e a gente tem alunos em situação de extrema vulnerabilidade, risco, então a gente acompanhando esse processo de transformação social que a educação proporciona é muito interessante, mas ao mesmo tempo sem políticas que garantam a permanência deles aqui, [...] que eles consigam entrar, permanecer, concluir, com todas as suas desigualdades, eu acho que isso ainda é um desafio, por que ele saindo daqui, o Instituto traz uma transformação, mas ele conseguir sair, já é um desafio grande, [...] (TURMALINA, 2020).



Desse modo, há reflexões acerca das ações de ensino, pesquisa e extensão como efetivas no cotidiano do câmpus, ao mesmo tempo em que se expressam fragilidades. Cabe afirmar também os significados que as ações – realizadas para dentro e além de seus muros – têm desenhado no cotidiano dos Institutos Federais, pois a presença de cada IF no território faz parte de uma história que envolve a população local, especialmente quando se trata de uma conquista coletiva, de “uma comunidade que brigou muito para o Instituto acontecer” (AMETISTA, 2020).

A partir das falas das entrevistadas, entendemos que os sentidos políticos dos Institutos Federais se correlacionam na possibilidade efetiva de um espaço que promova o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes a ações de ensino, pesquisa e extensão pautadas por valores éticos, críticos e humanos que possibilitam a vivência de uma educação ontológica, plural, crítica, reflexiva, omnilateral.

[...] eu acho que o Instituto, ele tem um sentido político muito, muito grande, né, eu acredito que [...], por ser uma instituição federal, por a gente estar presente em todos os estados, em diversos municípios, isso traz uma força que a gente ainda não sabe utilizar, mas que é uma força muito grande, que a gente precisa aprender a se organizar [...] nesse sentido de trazer a comunidade, as famílias, os estudantes, de tentar uma relação de troca, de troca de conhecimento, de troca de projetos, de tentar ali uma mudança social nas cidades, então o Instituto tem uma potência (TURMALINA, 2020).

Eu acho que é contribuir pra essa formação crítica dos seus estudantes, da sua comunidade. Eu acho que ele tem esse papel de contribuir para a formação cidadã, formação crítica dos seus estudantes, da comunidade. A questão democrática tem que estar inserida. Quando a gente tá participando, tá contribuindo para a construção do câmpus, participando de uma comissão, participando de uma reunião, participando de ações que a gente vai dar opinião que a gente vai trazer o saber profissional. Eu acho que o papel do Instituto politicamente é esse. Ser esse canal de formação política e cidadã do indivíduo, que ele se torne uma pessoa crítica, que ele se torne uma pessoa que tenha conhecimento dos seus direitos e que vai tentar se inserir nesse mundo do trabalho com essa consciência. Então o papel é formar para que eles se insiram no mundo do trabalho com essa consciência cidadã também (PÉROLA, 2020).

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
INTEGRADO E DOUTORADO

APOIO





As ações desenvolvidas têm permitido a formação de adolescentes, jovens e adultos da classe trabalhadora a partir de uma inserção crítica, voltada ao mundo do trabalho, mas que não se esgota apenas nessa possibilidade. Embora tenham lacunas, as ações promovidas balizam a construção integral do sujeito. Portanto, são urgentes as construções institucionais que afiancem os valores normativos e institucionais dos Institutos Federais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Prefácio. In: DUARTE, Amanda Machado dos Santos et al. **Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo: Cortez, 2019.

BRASIL. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**: um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica – Concepções e Diretrizes. Ministério da Educação: Brasília, 2010.

DAROS, Michelli Aparecida. **#falaestudante!** Um estudo sobre o legado da expansão dos Institutos Federais aos seus estudantes. Tese (Doutorado em Serviço Social). São Paulo: PUC/SP, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Indeterminação de identidades e reflexos nas políticas institucionais formativas dos IFs. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. p. 125-149.

IFSP. **Relatório de Gestão exercício de 2019**. São Paulo, 2020.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidade**: entre territórios de vida e territórios vividos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOGA, Dirce. Territórios de vivência em um país continental. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 14, n. 1 (19), p.9-26, jan. / jun. 2015.

KOGA, Dirce; ALVES, Vanice A. A interlocução do território na agenda das políticas sociais. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, v. 9, n. 9, p. 69-81, jul. 2010.

LIMA, Kátia Regina de Souza. A Educação no Brasil em tempos de ofensiva da direita. In: MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; FERRIZ, Adriana Freire Pereira; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Org.). **A permanência estudantil na educação em tempos neoliberais e as estratégias de resistências**. Aracaju/SE: E-book, Criação Editora, 2021. p. 21-41.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
INTEGRADO E DOUTORADO

APOIO



16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL

X Jornada Internacional Políticas Públicas



**TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA**
Consciência de Classe e Lutas
Sociais na Superação da Barbárie

PACHECO. Eliezer. **Os IFETS e o projeto nacional**. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_ifets_eliezer.pdf>. Acesso em: ago. 2018.

PACHECO. Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília/ São Paulo: Santilhana/ Moderna, 2011.

SPINK, Mary Jane Paris; SPINK, Peter Kevin. Pesquisar o/no cotidiano na pesquisa social: reflexões sobre a noção de lugar, território e redes de associação. **Quaestio**, Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 591-605, dez. 2017.

SPOSATI, Aldaíza. Território e gestão de políticas sociais. **Serviço Social em Revista**. Londrina/PR, v. 16, n.1, p. 05-18, jul. / dez. 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/18423/14620>>. Acesso em: jul. 2018.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CAPITALISMO PANDÊMICO: um conclave às reflexões a partir do cotidiano e dos territórios de vivência dos sujeitos

Thaís Ribeiro Esteves¹

RESUMO

O texto objetiva tecer reflexões teórico-críticas a partir da experiência cotidiana de trabalho como assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) *Campus Jacareí*, desvendando alguns aspectos presentes na realidade desse espaço sócio ocupacional e dos sujeitos da ação profissional em tempos de “capitalismo pandêmico”. A partir das contradições e potencialidades observadas e compreendidas no contexto do trabalho e ensino remotos, evidencia-se a histórica interface entre educação e trabalho, além das determinações do mundo do trabalho na pandemia, a precarização das condições de vida da população, e a persistência e o recrudescimento das desigualdades sociais, educacionais e territoriais. Ao cotidiano profissional já tão permeado por importantes desafios, os tempos de pandemia recolocam outros a serem trilhados entre “territórios de vivência” e “trajetórias quebradas”, certamente uma construção coletiva por novos conhecimentos.

Palavras-chave: Educação profissional e tecnológica. Pandemia. Territórios de vivência.

ABSTRACT

The article aims to weave theoretical and critical reflections from the daily experience of working as a social worker at the Federal Institute of Education, Science and Technology of São Paulo (IFSP) *Jacareí Campus*, unveiling some aspects present in the reality of this socio-occupational space and the subjects of the professional action in times of “pandemic capitalism”. From the contradictions and potentialities observed and understood in the context of remote work and teaching, it is evident from the historical interface between education and work, in addition to the determinations of the world of work in the pandemic, the precariousness of the population's living conditions and the persistence and increase in social, educational and territorial inequalities. To the professional routine already so permeated by important challenges, the pandemic times reintroduce others to be trailed between “territories of experience” and “broken trajectories”, certainly a collective construction for new knowledge.

Keywords: Professional and technological education. Pandemic. Living territories.

¹ Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus Jacareí. Docente na Universidade do Vale do Paraíba (Univap). Mestre em Serviço Social pela PUC-SP e em Avaliação e Gestão de Políticas Sociais pela Universidade de Grenoble Alpes – França. thais.resteves@gmail.com

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





1. INTRODUÇÃO

Nos últimos dias do mês de fevereiro de 2020 foi registrado oficialmente o primeiro caso da Covid-19 no Brasil. Em março do mesmo ano a transmissão do coronavírus em território nacional já se alastrava rapidamente, o que resultou em necessidade de mudanças substanciais na dinâmica da vida social, dentre elas a suspensão do calendário acadêmico e/ou a adesão ao ensino remoto de forma majoritária nas diversas instituições de ensino do país, já que a principal recomendação para o combate da pandemia, naquele momento, era o distanciamento social. Feita à contrapelo, essa impactante alteração no cotidiano da política educacional não se deu de forma equânime nos diferentes espaços acadêmico-escolares, muito pelo contrário, revelou e reforçou a histórica dualidade de ensino presente na política de educação brasileira.

O presente texto intenciona trazer reflexões teórico-críticas a partir do cotidiano de trabalho como assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) *Campus Jacareí*², desvendando alguns aspectos presentes na realidade desse espaço sócio ocupacional em tempos de “capitalismo pandêmico” (ANTUNES, 2020).

Os desafios historicamente vivenciados por assistentes sociais no cotidiano profissional em seus diversos espaços sócio ocupacionais acentuaram-se no contexto da pandemia da Covid-19, momento histórico muito significativo e desafiador à humanidade como um todo, ao Serviço Social e às políticas sociais, e

² Os Institutos Federais (IFs) foram criados a partir da promulgação da Lei Federal nº 11.892/2008, que instituiu a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Os IFs, de acordo com a lei supracitada, são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008). O IFSP *Campus Jacareí* foi implantado no ano de 2014, a partir do Plano de Expansão 2011/2012 da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.



que tem sido hegemonicamente compreendido nas narrativas que coadunam com o Projeto Ético-Político da profissão como uma crise sanitária, uma crise social e uma crise política sem precedentes, que na realidade são agravadas e têm suas determinações mais amplas na crise do capital. As expressões da questão social acentuadas nesse período têm suas origens, pois, no próprio sistema capitalista, em sua fase mais devastadora de direitos, com o avanço do neoliberalismo e do conservadorismo.

Se o panorama mundial por si só já é desafiador, na particularidade brasileira os retrocessos econômicos, sociais, culturais e políticos têm suas raízes na formação sócio histórica do país, tendo sido pouco enfrentados em suas bases. No bojo desses retrocessos, no âmbito educacional evidencia-se o desmonte dos lugares da ciência e da razão, um retrocesso civilizatório assistido e vivenciado pela sociedade brasileira como um todo e, em especial, pelos sujeitos envolvidos diretamente com a política de educação – tais como os estudantes e os trabalhadores da área. No contexto da ascensão do governo Jair Bolsonaro à presidência do Brasil em 2019 foram tomadas uma série de medidas pelo Ministério da Educação (MEC) que acentuaram a histórica dualidade de ensino da política educacional brasileira – tais como: o seu desfinanciamento; o reforço de um projeto educacional conservador (por exemplo a iniciativa de programas de escola cívico-militar); a aceleração de ações no sentido de ampliação do ensino à distância em todos níveis escolares; a decisão pela manutenção do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) em tempos de pandemia.

Somam-se a essas medidas elementos da conjuntura brasileira do final dos anos 2010, sob a égide do capital financeiro e agravada por um golpe parlamentar, adversa às conquistas sociais, tais como: a promulgação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congela os gastos primários do governo federal por vinte anos, impossibilitando a efetivação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024³, já que as despesas com educação, assim como com as demais políticas sociais, não

³ O PNE 2014-2024 (o segundo plano brasileiro na área) estabeleceu 20 metas e 254 estratégias para o desenvolvimento da educação do país. Para o efetivo cumprimento das metas, previu a ampliação do investimento público, em educação pública, de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do PIB do país, no 5º ano de vigência dessa lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB, ao final dos 10 anos.



terão nenhum crescimento real, podendo inclusive sofrer redução; a Lei nº 13.467/2017 da Reforma Trabalhista, que, dentre outras alterações, modificou o sistema de relações de trabalho brasileiro, a partir da qual são criadas várias formas de contrato, jornada e custo salarial, além de fragilizar a proteção coletiva pelas entidades sindicais e limitar a atuação da justiça trabalhista.

Nesse sentido, num país onde a educação nunca foi concebida como um direito social de fato, apesar da previsão legal, são inúmeros os desafios colocados à defesa de um projeto de educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, e que impactam justamente no cotidiano de vida da sociedade brasileira, já historicamente marcada pelas desigualdades sociais.

Com a pandemia, os trabalhadores da educação, dentre os quais o/a profissional de Serviço Social, vivenciaram significativas alterações no seu processo de trabalho, especialmente no que diz respeito à incorporação do trabalho remoto. Em relação ao público alvo a quem o trabalho do/da assistente social é direcionado – os/as estudantes da classe trabalhadora – novas (e antigas) questões que envolvem o direito à educação – acesso, permanência e qualidade – foram evidenciadas no cotidiano de vida dos sujeitos e, conseqüentemente, no cotidiano do exercício profissional, e trouxeram a necessidade de (re)pensar as ações que materializam o trabalho na área – o que não é tarefa fácil nem esgotável.

Nesse sentido, os apontamentos e as reflexões contidas neste texto foram feitas a partir das contradições e potencialidades observadas no “chão” do trabalho profissional em interface com o “chão” dos sujeitos – seus “territórios de vivência”, na especificidade dos tempos de pandemia, que trouxe à tona a realidade do ensino e do trabalho remotos, e a precarização das condições de vida da população. Para tanto, utilizou-se, para além do referencial teórico, da observação participante. Adverte-se o leitor que o que ele encontrará nas próximas seções são aproximações a uma temática emergente, pensadas nos limites do tempo presente e que pulsa e clama por maiores investigações no campo da produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social e das políticas públicas.



2. EDUCAÇÃO E TRABALHO: DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS PRESENTES NO COTIDIANO PANDÊMICO

Segundo Frigotto (2017), a escola tal como é conhecida na atualidade é uma instituição que foi criada para a modernidade, ou seja, ela nasceu com o ideário da revolução burguesa para se contrapor ao Estado Absolutista. Nesse sentido, a educação constituiu-se como uma exigência da sociedade moderna para a construção da democracia, regime político adotado pelo Estado Moderno. Os ideais referentes à escola - pública, universal, gratuita e laica - estão relacionados, portanto, com essa própria criação.

Dessa forma, em vários países a educação foi concebida como um direito social efetivo e universalmente garantido, como etapa fundamental do próprio processo de consolidação do modo de produção capitalista, isto é, como valor universal, sendo condição necessária ao desenvolvimento das forças produtivas (ALMEIDA apud MARTINS, 2014).

Entretanto, a História demonstra que a sociedade de classes não consegue cumprir o ideário revolucionário burguês integralmente. Nesse sentido é que a política de educação no Brasil pode ser compreendida a partir das disputas em torno das suas finalidades e de seus conteúdos na mediação da luta de classes, na peculiaridade de um país capitalista dependente.

O Brasil aderiu tardiamente ao “mundo capitalista”, e mais tardiamente ainda à construção de um sistema público de proteção social. Nossa história é marcada por um passado colonial com a presença do patrimonialismo e por sucessivas “revoluções pelo alto”, ou seja, realizadas pelas elites sem participação popular. Tais elementos determinam até hoje a forma de lidar com a coisa pública e a concepção restrita de cidadania que temos. Esses aspectos contribuem para explicar as diversas hierarquizações que definiram o ensino no Brasil, que caracterizaram uma “dualidade de ensino” – ensinos diferentes a públicos diferentes – a qual permeia toda a história da educação no país.

Entende-se que a educação tem uma importante função na dinâmica da reprodução social. Nesse sentido, só é possível compreendê-la por meio da sua



relação com o trabalho – na tradição marxista, categoria fundante do ser social. No âmbito da educação, o trabalho, na perspectiva marxista de categoria ontológica e econômica central, constitui-se como um dos eixos mais debatidos - tanto para a crítica da perspectiva economicista, instrumentalista e moralizante da educação e qualificação, quanto na sinalização de que tipo de concepção de educação e de qualificação humana se articula às lutas e interesses das classes populares (FRIGOTTO, 2010).

Entende-se trabalho, em seu sentido ontológico, como a atividade realizada pelo ser humano que, em interação com a natureza, transforma matérias desta em produtos que atendem e satisfazem às suas necessidades. Portanto, o trabalho faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade, o que Antunes (2005) tão bem sintetiza: “[...] a importância da categoria trabalho está em que ela se constitui como fonte originária, primária, de realização do ser social, protoforma da atividade humana, fundamento ontológico básico da omnilateralidade humana” (p. 167).

Ocorre que em determinadas condições histórico-sociais – nas quais o produto da atividade do homem não lhe pertence, já que há a exploração do homem pelo homem, os produtos do trabalho e da imaginação humanos passam a controlar os homens, deixando de aparecer como objetivações que expressam sua humanidade. Na sociedade capitalista, então, o trabalho passa a constituir-se como uma mercadoria, com uma peculiaridade: é a única que cria valor. O trabalho, nesse sentido, responde aos interesses da classe dominante, estando o fenômeno da alienação fortemente presente. De acordo com Antunes (2005), o trabalho assume nesse modo de produção necessariamente uma forma assalariada, fetichizada e estranhada.

Apreende-se a existência, a partir das transformações societárias iniciadas nos anos 1970, da tese do fim das classes sociais ou até mesmo o fim da “sociedade do trabalho”. Antunes (2005), por sua vez, refuta essa tese, analisando que o que se registra são mutações ou metamorfoses no mundo do trabalho. Persiste a centralidade deste, apesar das mudanças nos processos de trabalho e de a classe trabalhadora se constituir num conjunto bastante heteróclito. Dessa



maneira, o autor utiliza a expressão “classe-que-vive-do-trabalho” para identificar a forma de ser da classe trabalhadora na atualidade. Para ele, ela inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, sendo que o núcleo principal são ainda os trabalhadores produtivos, cuja parte central é o proletariado industrial.

Esse entendimento ampliado permite reconhecer que o mundo do trabalho tem sofrido importantes mudanças pós-1970, tais como: a redução do proletariado industrial; a incorporação do trabalho feminino de modo desigual e diferenciado, com maior precariedade; os assalariados no setor de serviços; o trabalho no “terceiro setor” e as novas formas de trabalho em domicílio; a exclusão dos jovens e dos trabalhadores considerados “velhos” pelo capital; a ampliação do trabalho informal; o aumento do exército industrial de reserva (ANTUNES, 2005).

Para Antunes (2020), a crise econômica somada à explosão da pandemia do coronavírus, compreendidas em sua inter-relação, têm gerado impactos e consequências profundas no mundo do trabalho, para a “classe-que-vive-do-trabalho”. As consequências de âmbito social são ainda mais perversas na situação brasileira, devido à experiência histórica de formas intensas de exploração e de precarização do trabalho. O sociólogo do trabalho nos recorda, a partir da leitura de Karl Marx e de István Mészáros, que o capital opera como uma engrenagem econômica complexa e sem limites para sua expansão, que visa à produção de mais capital, sendo sua resultante uma acentuada *destrutividade*.

As alienações, as coisificações e os tantos estranhamentos, as devastações ambientais, as opressões de gênero, raça, etnia, sexos, todas essas aberrações – e tantas mais – estão sendo desencavadas dos porões mais abjetos, das catacumbas mais lúgubres e das cavernas mais ossificadas, que em alguns casos pareciam estar cerrados (ANTUNES, 2020, p. 8).

A tendência já exposta na tradição marxista encontra um “chão social” mais favorável a partir da crise dos anos 1970, como já mencionado, e especialmente nos anos 2008-2009 – numa das crises estruturais do capital, responsável pela corrosão de sistemas de proteção social no mundo todo - cujas transformações societárias levaram a desdobramentos, tais como: ritmos estonteantes de corrosão do trabalho, destruição sem limites da natureza; segregação urbana e social; a exacerbação do racismo, a opressão de gênero; o desprezo à ciência (ANTUNES, 2020) – apenas



para citar alguns, devido à compreensão de que esses são condicionantes presentes na educação profissional e tecnológica e nos “territórios de vivência” (KOGA, 2015) em que se encontram envolvidos os sujeitos atuantes neste campo.

Nesse cenário, no que diz respeito ao mundo do trabalho, imperam a: uberização do trabalho, distintos modos de ser da informalidade, precarização ilimitada, desemprego estrutural exacerbado, trabalhos intermitentes em proliferação, acidentes, assédios, mortes e suicídios: eis o mundo do trabalho que se expande e se desenvolve na era informacional, das plataformas digitais e dos aplicativos (ANTUNES, 2020, p.11).

É a esse contexto trágico que se soma a pandemia global da Covid-19. A humanidade encontra-se na era do “capital pandêmico” num verdadeiro “fogo cruzado”, nos termos de Antunes (2020). Para evitar o contágio pelo coronavírus a principal recomendação das autoridades sanitárias, baseada em estudos científicos, foi o isolamento social, num cenário ainda sem a vacinação universal. Desse modo, o autor supracitado faz a seguinte provocação: como ficaram os desempregados, os trabalhadores informais e intermitentes? Como ficaram as crianças e os adolescentes em idade escolar?

A pandemia é, de fato, global, mas seus impactos são vivenciados de diferentes formas e em diferentes proporções a depender das condições de desenvolvimento dos países e das condições de vida da população. Para Harvey (2020, apud ANTUNES, 2020) a Covid-19 exhibe todas as características de uma pandemia de classe, gênero e raça, ocultados no discurso de “estamos juntos nesta guerra”. Antunes (2020) chama atenção, também, ao tamanho dessa tragédia na periferia do sistema capitalista, a qual o Brasil faz parte, e aponta para o cenário de quantidade de mortos pela pandemia e de trabalhadores sem condições mínimas de sobrevivência.

A partir da compreensão histórico-crítica dessa realidade, pretende-se desvendar alguns elementos presentes no cotidiano de vida dos/as estudantes do IFSP Câmpus Jacareí (SP), na ocasião da crise pandêmica - um cenário ainda mais desafiador para o acesso e à permanência escolar, que constituem historicamente eixos de ação do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional. Nesse contexto tem-se em evidência, também, o debate sobre a função social da educação.



3. COTIDIANO DOS ESTUDANTES DO IFSP-JACAREÍ NA CRISE PANDÊMICA: APROXIMAÇÕES A PARTIR DO TRABALHO PROFISSIONAL E DOS TERRITÓRIOS DE VIVÊNCIA

O Projeto Ético-Político do Serviço Social impõe um rigoroso domínio teórico-metodológico, bem como a adoção de uma postura investigativa com vistas a apreender as tendências do desenvolvimento histórico. Nesse sentido, encontra-se o desafio central para o/a assistente social:

[...] fazer a crítica dos fundamentos da cotidianidade tanto daquela em que ele se encontra inserido quanto a do cotidiano dos sujeitos sociais a quem presta serviços, o que significa examinar os fundamentos, analisá-los, reconhecê-los, para transcendê-los (GUERRA, 2007, p.16).

A pandemia da Covid-19 tem produzido impactos não apenas sanitários em escala global, mas também sociais e políticos, sem precedentes na história recente das epidemias. Além do impacto causado nos sistemas de saúde, evidencia-se a exposição de populações e grupos vulneráveis ao vírus, a crise econômica, o impacto para a saúde mental, a falta de acesso a bens essenciais como alimentação, medicamentos, transporte, etc.

Nesse contexto, importa salientar alguns impactos na garantia do direito à educação, considerado direito humano e social fruto das conquistas civilizatórias que datam do surgimento do Estado Moderno – educação pública, gratuita e de qualidade. Embora o reconhecimento de seus muitos limites na ordem do capital, a educação é aqui compreendida no bojo da emancipação política e no horizonte da emancipação humana.

Como já abordado na seção anterior, muitas das expressões da questão social são preexistentes à pandemia, mas esta corroborou para agravar e/ou escancarar muitas delas. De uma certa maneira, ela evidenciou as desigualdades presentes nas relações sociais – condição de classe, gênero e raça, bem como as desigualdades educacionais e territoriais.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





Os impactos da pandemia, então, são considerados mais graves às mulheres, por alguns motivos. Um deles é que as mulheres, na sua grande maioria, acumulam o trabalho na esfera reprodutiva em suas jornadas. Antes da pandemia mulheres já gastavam o dobro de horas semanais que homens em atividades de cuidados com pessoas e com a casa (IBGE, 2018).

De acordo com dados do IBGE (2016), as mulheres são mais escolarizadas do que os homens no Brasil, mas este indicador ainda não se faz presente no mercado de trabalho. Muito provavelmente elas têm ocupações que precisam de uma jornada de trabalho mais flexível porque ainda têm a (sobre)carga de afazeres domésticos extremamente pesada. (IBGE, 2016). Ainda considerando a questão de gênero, de 70 a 80% da população trans no Brasil já abandonou alguma vez na vida os estudos.

Corroborando com os dados nacionais, as mulheres correspondem à maior parcela do público discente no IFSP-Jacareí. As tarefas domésticas são as mais mencionadas pelas estudantes mulheres da instituição como atividades realizadas no contexto pandêmico e que impactam no desempenho escolar. Há ainda as estudantes mães que, apesar de serem minoria na realidade estudada (talvez até mesmo pela dificuldade de acesso e permanência escolar), estão com suas crianças e adolescentes em casa, também em regime de ensino remoto, o que exige acompanhamento dos responsáveis, cuidados gerais e compartilhamento de recursos de estudo.

A maioria dos estudantes do *campus* em questão encontra-se na faixa etária entre 14 e 17 anos, seguida do grupo entre 18 e 21 anos de idade. O não acesso e a evasão escolar de adolescentes e jovens no Brasil são expressões da questão social. No contexto pandêmico muitos dos adolescentes não têm frequentado as atividades do ensino remoto, devido a ‘trabalho’, ‘ajuda em casa’. Trabalho este nas condições apontadas por Antunes (2020) – precarizados, intermitentes, informais, dessa forma desprovidos de regulação social e direitos trabalhistas. A necessidade pela sobrevivência se impõe à necessidade humana pela educação.

O homem enquanto ser social responde às suas necessidades criando novas necessidades, com novas perguntas, configurando um processo contínuo de criação



de novas alternativas e necessidades. A práxis é entendida como um conjunto de objetivações criadas pelo trabalho em seu sentido ontológico, que ampliam a liberdade, a consciência, a sociabilidade. A medida do gênero humano e do indivíduo – ‘o indivíduo enquanto ser social’ - é a riqueza das suas objetivações. Nesse sentido, compreende-se que no contexto do ensino remoto tem-se um prejuízo na apropriação da riqueza humana com um recorte classista, de gênero e de raça.

Ainda considerando a realidade dos estudantes do *campus*, a grande maioria é residente em zona urbana, com existência de alguns moradores em zona rural, e dependentes do transporte público para acesso à instituição escolar. Chama atenção a ausência de saneamento básico em algumas residências, o que implica em condições precárias de moradia, prejuízos na saúde e na permanência escolar, além do maior risco de contágio de doenças, tais como a Covid-19. São notórios os relatos que referem a ausência de local apropriado para estudo na própria residência e a prevalência de moradia com mais de 3 habitantes, revelando a densidade populacional nas casas dos estudantes e provável falta de privacidade e utilização simultânea dos espaços, de equipamentos e de recursos tecnológicos.

Em relação à inserção no mercado de trabalho, é comum a declaração dos estudantes de que o responsável familiar se encontra em situação altamente precarizada, seja pelo desemprego, informalidade e/ou trabalho intermitente. Importante considerar que a precarização do trabalho repercute atualmente em todas as condições de emprego, mesmo as com vínculo empregatício, e a pandemia tende a agravar essa situação.

Quanto à situação de renda, pelo menos 50% das famílias dos estudantes são consideradas de “baixa renda”, conforme legislações/normativas do Ministério da Educação que preconizam essa faixa como uma renda de até 1 salário mínimo e ½ per capita.

Embora os estudantes estejam no cumprimento do ensino remoto em atenção às recomendações sanitárias de isolamento social, observa-se muitos desses estudantes-trabalhadores e/ou seus responsáveis familiares sem condições de cumprir essa recomendação, devido à necessidade de sair de casa para trabalhar.



Antunes (2020) caracteriza a ocupação de trabalho no contexto pós 2008-2009, por mais precarizada que seja, um “privilegio da servidão”. No contexto pandêmico, contrasta com a luta pela preservação da vida - direito humano inalienável.

No que diz respeito ao acesso às tecnologias digitais, mais da metade dos estudantes não tinham equipamentos tecnológicos como computador ou precisavam compartilhá-lo com outros membros da família. Ademais, o acesso à internet em nosso país não é universal. Nesse sentido, evidencia-se que as tecnologias da informação se configuram como condições necessárias para acessar direitos sociais como a educação e, quiçá, devem ser compreendidas também como um direito social.

Considera-se que esses são alguns indicadores sociais que precisam ser melhor qualificados, e que são importantes para a compreensão da realidade dos estudantes da educação profissional e tecnológica no contexto pandêmico. Eles nos incitam a buscar desvendar os modos de vida dos sujeitos estudantes-trabalhadores, suas trajetórias de vida em busca do acesso e da permanência escolar, em interface com seus “territórios de vivência”.

Nesse sentido é importante valorizar o “chão” do trabalho profissional, que oportuniza, por exemplo, a observação participante e a realização de entrevistas com os sujeitos. Procedimentos esses metodológicos e instrumentais técnicos – de trabalho e de pesquisa - que também sofrem consequências no contexto pandêmico. A experiência de trabalho como assistente social no IFSP tem sido vivenciada a partir da incorporação do trabalho remoto e da prevalência do uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Antunes (2020) alertara que o trabalho remoto se mostra como uma modalidade que terá crescimento na fase pós-pandemia, em praticamente todos os ramos em que puderem ser implantados. O desafio de defesa de condições éticas e técnicas de trabalho, em que prevaleçam as possibilidades reais de vínculo com os sujeitos e de aproximação aos seus modos de vida, está presente no contexto pandêmico e acena continuidade num futuro próximo. Pois, acredita-se que o trabalho presencial é insubstituível, já que a modalidade remota impacta algo



fundamental – a mediação da linguagem no trabalho profissional, o vínculo, o “entrevistas”, a proximidade ao cotidiano dos sujeitos.

Nesse sentido, faz-se necessária a incorporação do que Koga e Ramos (2011) denominam “território vivo e vivido”, evidenciando os aspectos coletivo e público a se fortalecer nas mediações das ações cotidianas desenvolvidas no âmbito da política pública. Dessa maneira, uma possibilidade é (re)conhecer as trajetórias de vida dos sujeitos, denominados “usuários” das políticas públicas, sendo que relevantes estudos têm sido feitos tomando como referência a história de vida e a análise de trajetórias (Ibidem, 2011).

Nesse percurso de reflexão, aproxima-se de uma noção central lefebvriana: a de vida cotidiana.

Como mostra Henri Lefebvre no conjunto de sua obra, mas também Agnes Heller em vários de seus livros, não ignorar a vida cotidiana é o ponto de partida para decifrar sociologicamente o possível. Decifrá-lo na trama que enreda o repetitivo nos desafios e possibilidades do que não se repete, da História que na própria vida cotidiana propõe e define a práxis criativa que a transforma [...] (MARTINS, 2015, p.12-13).

É, pois, na vida cotidiana, que o espaço vivido se realiza. Essas – e tantas outras – são questões latentes no cotidiano pandêmico de trabalho na educação profissional e tecnológica, demandantes de uma reflexão sistemática para uma ação comprometida com os valores ético-político profissionais.

3. CONCLUSÃO

“A pandemia do capital tornou a invenção de um novo modo de vida o imperativo maior de nosso tempo” (Ricardo Antunes, 2020)

Neste trabalho, o esforço se direcionou para compreender determinações contemporâneas, a partir da relação entre educação e trabalho e os “territórios de vivência”, que repercutem na vida dos sujeitos estudantes da “classe-que-vive-do-trabalho” e no trabalho profissional no IFSP Campus Jacareí em tempos de pandemia.



No contexto pandêmico os estudantes se afastam do espaço físico escolar – com riscos desse afastamento se estender ao processo de ensino como um todo, e concentram-se em seus territórios de vivência, com suas lutas e seus lutos.

A partir dessas aproximações reflexivas à realidade cotidiana, vislumbra-se a hipótese de que muitas das trajetórias dos sujeitos estudantes são “quebradas” em seu curso, sendo que no contexto atual a crise do capital pandêmico pode ser mais uma “quebra”, como tem lembrado Tiaraju D’Andrea (2020), ao referir-se aos estudantes das periferias das cidades brasileiras, e podem remeter à realidade aqui relatada e vivenciada por estudantes da educação profissional e tecnológica.

Trajetórias quebradas, pois, permeadas de improvisos, dificuldades e obstáculos: o estudo conciliado com o trabalho, o ônibus lotado, a falta de dinheiro, a casa barulhenta, a dificuldade de acesso à internet, o cansaço físico. *Trajetórias quebradas*, porque muitas quebram no meio do caminho; enlouquecem com a frieza da universidade, com a percepção de estarem anos-luz atrasados, com a falta dos pares da mesma cor de pele, da mesma classe social e da mesma quebrada em uma sala de aula; enlouquecem ao perceber que a estrutura do ensino superior não foi feita para os pobres. (D’ANDREA, 2020, p.33 – grifos do autor)

Considera-se que essas e tantas outras questões devem ser melhor explicitadas e refletidas, tais como: a persistência do conservadorismo na sociedade, a precarização da política social, os desafios postos à constituição da esfera pública, o utilitarismo/pragmatismo, a ética, a periferia urbana, a relação proteção/desproteção social no cotidiano. Acredita-se que as narrativas dos sujeitos - um “mergulho na realidade”, a aproximação à vida cotidiana – enquanto um deslocamento de perspectiva de análise e de exercício profissional serão essenciais nessa busca, nesse caminho.

Ao cotidiano profissional vivenciado no âmbito da educação profissional e tecnológica já tão permeado por importantes desafios, os tempos de pandemia recolocam outros a serem trilhados entre “territórios de vivência” e “trajetórias quebradas”, certamente uma construção coletiva por novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020. Edição Kindle.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 20 mar. 2021.

CFESS. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília: CFESS, 2013.

D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Revista Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, v39 n01, p. 19-36. jan.–abr. 2020.

FIOCRUZ. Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia. Disponível em: < <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Seminário Educação e Democracia** – Em defesa da escola pública. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NERdEP7kyBw>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

GUERRA, Yolanda. O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 28, n. 91, p. 5-33, set. 2007.

IBGE. Abandono escolar é oito vezes maior entre jovens de famílias mais pobres. 06 nov. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

IBGE. Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/materias-especiais/20453-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>>. Acesso em 20 mar. 2021.

KOGA, Dirce; RAMOS, Frederico. Trajetórias de vida: desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 335-364, jun. 2011.

16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL

X Jornada Internacional Políticas Públicas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO



**TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA**
Consciência de Classe e Lutas
Sociais na Superação da Barbárie

KOGA, Dirce. Territórios de vivência em um país continental. **Revista Serviço Social & Saúde**. Campinas: Unicamp, v.14, n.1(19), p.9-26, jan./jun. 2015.

MARTINS, Elaine Bolorino C. O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do projeto ético-político. In: SILVA, Marcela Mary J. (Org.). **Serviço Social na Educação**: teoria e prática. Campinas, SP: Papel Social, 2014. p. 41-62.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MARX, Karl. O processo de trabalho e o processo de valorização. In: MARX, Karl. **O Capital – Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013. Cap. 5, p. 255-276

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO



**16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL**

X Jornada Internacional Políticas Públicas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO



**TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA**
Consciência de Classe e Lutas
Sociais na Superação da Barbárie

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO

